

ODS

**NO RIO DE JANEIRO
METROPOLITANO E NO BRASIL**

*Caderno de experiências de territorialização,
monitoramento e incidência com os
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*



EXPEDIENTE

PUBLICADO POR

Casa Fluminense

EM COLABORAÇÃO COM

Deutsche Gesellschaft für
Internationale Zusammenarbeit (GIZ)

Sustainable Development Solutions
Network (SDSN-Brasil)



Casa Fluminense

Rio de Janeiro, Brasil
Rua do Russel, 76 - 5º andar
22210-010 Rio de Janeiro, Brasil
Tel. +55 (21) 3253-3709
casa@casafluminense.org.br
www.casafluminense.org.br



Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)

Bonn e Eschborn, Alemanha

Sector Project "Sustainable Development
of Metropolitan Regions"
Dag-Hammarskjöld-Weg 1-5
65760 Eschborn, Alemanha
Tel. +49 (0) 6196 79 - 0
metropolregionen@giz.de
www.giz.de



Sustainable Development Solutions Network – Brasil

Conservação Internacional – Brasil
Av. Rio Branco, 131, 8º andar - Centro
20040-006 - Rio de Janeiro - Brasil
Tel: + 55 (21) 2173-6360
www.sdsnbrasil.org.br



AUTOR

Igor Pantoja

EDIÇÃO

Vitor Mihessen

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Emily Hosek
Holger Kuhle
Verena Goranko

REVISÃO

Aline Souza
João Pedro Martins
Larissa Amorim
Luisa Fenizola

DESIGN E DIAGRAMAÇÃO

Arthures Garcia
Renata Santos
Nibia Cardoso

Setembro de 2017

Agradeço imensamente a colaboração de Vitor Mihessen e Emily Hosek, assim como das inúmeras pessoas que participaram desta publicação: Inés Álvarez-Gortari, Larissa Carneiro da Cunha e Henrique Silveira do núcleo executivo da Casa Fluminense. Cid Blanco como consultor internacional. Além de Vicente Loureiro e Carmen Lucia Petraglia (Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro), Paula Azem (Consórcio Quanta/Lerner), Rovena Negreiros (Fundação SEADE), Nathalie Choumar e Ana Paula Fava (Governo do Estado de São Paulo), Bárbara Marguti (IPEA), Luan Santos (CEBDS), Zuleica Goulart (Nossa São Paulo), Ana Nassar e Bernardo Serra (ITDP), Maria Inês Nahas (FIOCRUZ), Roxanne Le Failler (ONU-HABITAT), Yara Valverde e Rodrigo Medeiros (Conservação Internacional), Gilberto Vieira e Clara Sacco (Data_Labe), Pablo Cerdeira (FGV), Ana Paula Gomes (Fundação João Pinheiro), Francisco Maciel (CIOESTE), Flavia Mourão (Agência RMBH), Rodrigo Perpétuo e Hugo França (Governo do Estado de Minas Gerais), Andrea Pulici (IPP).



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	4
CAPÍTULO 1	8
TERRITORIALIZAÇÃO IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM UM MUNDO URBANIZADO	
CAPÍTULO 2	26
MONITORAMENTO UM MUNDO QUE CONTA: METODOLOGIAS DE MENSURAÇÃO	
CAPÍTULO 3	47
INCIDÊNCIA DOS DADOS À AÇÃO: COMO APLICAR A AGENDA 2030 E A ESCALA METROPOLITANA	
RECOMENDAÇÕES	76
OBSERVAÇÃO	
LISTA DE EXPERIÊNCIAS	81

APRESENTAÇÃO

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram aprovados pela Assembleia-Geral das Nações Unidas no ano de 2015, após discussões iniciadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, realizada em 2012, no Rio de Janeiro, Brasil. A Agenda 2030 estabelece, através de seus 17 objetivos, um conjunto de 169 metas a serem perseguidas pelos mais de 190 países-membros da ONU até o ano de 2030. O processo busca dar continuidade, ao mesmo tempo em que adensa e amplia, a agenda de desenvolvimento iniciada com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tinham como prazo o ano de 2015 para cumprimento das metas.

Os ODS são um desdobramento dos ODM, que definiram metas e indicadores para um conjunto de 8 objetivos globais a serem alcançados entre os anos de 2000 e 2015. Os ODS, no entanto, avançam em relação aos ODM por conta de sua maior transversalidade, e no que diz respeito ao tema urbano – objeto maior desta publicação – o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) é um bom exemplo do rompimento com a segmentação setorial, já que ele reúne discussões sobre os temas da habitação, mobilidade, segurança pública, resiliência, patrimônio cultural, planejamento e relações urbano-rurais sob o recorte das cidades.

Neste sentido, o Brasil vem se tornando um país que merece atenção por conta das recentes legislações federais que regulamentam os processos de planejamento e governança metropolitanas, como o Estatuto da Metrópole. Isso porque



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



o país possui 17 grandes cidades com mais de 1 milhão de habitantes, e um índice nacional de urbanização de cerca de 85%. Assim, em continuidade às recentes publicações da GIZ, agência de cooperação alemã e da rede para soluções para o desenvolvimento sustentável da ONU - SDSN, sobre os ODS 11 e sobre a questão urbana e o desenvolvimento sustentável¹.

A Casa Fluminense, associação da sociedade civil para a construção coletiva de políticas públicas para o Rio metropolitano, em parceria com a SDSN e a GIZ, por meio do projeto Solutions Initiative, apresenta este "Caderno de Experiências". Tratam-se de iniciativas diversas de territorialização, monitoramento e incidência para a implementação de agendas para cidades metropolitanas sustentáveis como insumo a agentes do setor público, do setor privado e da sociedade civil, como parte dos esforços para difusão e aprofundamento das discussões e da implementação da Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável nas regiões metropolitanas.

O documento apresenta um panorama de ações que vêm sendo desenvolvidas em diferentes regiões metropolitanas brasileiras em torno dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e mais especificamente com relação ao ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), tendo como ponto de partida a região metropolitana do Rio de Janeiro, onde a Casa Fluminense atua. Amplia-se, assim, o olhar sobre a questão urbana para além do território municipal, buscando compreender os desafios específicos das áreas metropolitanas, que reúnem municípios com diferentes características,

a partir de exemplos de ações que vêm ocorrendo em diversos locais no Brasil, seja na esfera local, estadual ou no âmbito das políticas nacionais. Tais ações estão sendo promovidas por agentes estatais, da sociedade civil e do mercado. Desta forma, os ODS se apresentam como uma metodologia que direciona diferentes esforços em prol do desenvolvimento sustentável, consolidando metas e indicadores comuns aos públicos interessados.

A publicação está estruturada em três capítulos. O primeiro faz uma apresentação sobre o que significam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a especificidade da dimensão urbana, contextualizando o propósito de reunir experiências de "territorialização" da Agenda 2030. O capítulo seguinte é sobre como vêm sendo iniciados processos de monitoramento de indicadores já alinhados aos ODS ou que têm potencial. Da escala global ao nível local, mapeou-se metodologias de coleta e utilização de bases de dados para o acompanhamento das metas. O capítulo final aponta como essas metodologias estão sendo aplicadas pelos diversos atores para incidir nas políticas públicas, através de ações diversas. O propósito é reunir instrumentos para a cooperação metropolitana, bem como quais as conquistas e os desafios enfrentados pelo Brasil e Região Metropolitana (RM) do Rio de Janeiro em torno de uma agenda de desenvolvimento sustentável.

As experiências elencadas foram divididas por cores: em AZUL - aquelas que trabalham alinhadas aos ODS; LARANJA - aquelas que utilizam a

1 O presente estudo está alinhado às discussões realizadas em publicações da SDSN e GIZ: SDSN National Guide (<https://sdg.guide/>) e Getting Started With the SDG's in Cities (<https://sdgcities.guide/>) ou <http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2015/12/151211-getting-started-guide-FINAL-PDF-.pdf>. Entretanto, quaisquer opiniões aqui expressas são responsabilidade do autor.

escala metropolitana, atuando em RMs, especialmente em periferias; e VERDE - aquelas iniciativas que unem a Agenda 2030 à política metropolitana: ODS + RMs.

A necessidade de conhecer quais são os desafios das cidades diante dos ODS e em meio à retomada do planejamento metropolitano soa como oportunidade e chama à responsabilidade gestores municipais, sociedade civil e empresas. Assim, propomos a adoção de 6 passos para realizar o processo de territorialização dos ODS diante desses desafios:

Passo 1: Sensibilizar setores da sociedade sobre a Agenda 2030 e a nova agenda urbana

Passo 2: Adotar linha de base com desafios e oportunidades;

Passo 3: Definir indicadores territorializados de monitoramento das metas;

Passo 4: Identificar planos e ações existentes e avaliar o seu alinhamento aos ODS e às RMs;

Passo 5: Formar parcerias-chave com a sociedade civil, universidades, empresas e governos;

Passo 6: Monitorar o desenvolvimento sustentável na escala metropolitana.

A partir destes passos, com a mobilização intersetorial e intergovernamental em torno da Agenda 2030, processos de monitoramento de dados são um importante componente. As limitações da coleta de dados oficiais nacionais não podem ser impeditivas para a interpretação da realidade local, logo, algumas ideias em termos de dados de percepção e

gerados por cidadãos têm sido construídas coletivamente.

A integração de dados e registros administrativos, por exemplo, pode ser bastante útil para promover políticas que estejam comprometidas com as metas dos ODS, assim como a perspectiva mais recente, sobre a geração cidadã de dados (GCD). Desta forma, o caderno pretende reunir experiências que apontam caminhos práticos para alcançar a Agenda 2030, estejam elas relacionadas diretamente aos ODS ou dando suporte a ações e políticas públicas que contribuam no sentido de "territorializar" as métricas.

As propostas metodológicas de como atuar para alcançar os objetivos, privilegiadas no segundo capítulo, vêm sendo reforçadas por diversas organizações da sociedade civil no Brasil. Exemplos de transparência e controle social de políticas públicas passam necessariamente por esta questão. O atual momento de definição dos indicadores nacionais de acompanhamento dos ODS é fundamental para o enraizamento dessa Agenda nos diferentes setores da sociedade brasileira. Desta forma, o Caderno apresenta o ODS 11 e sua dimensão urbana, reforça a importância das ações locais para difusão da temática e concretização dos Objetivos, destaca a centralidade dos dados para este processo de monitoramento da implementação dos ODS e, finalmente, promove uma reflexão sobre os desafios atuais e os avanços da Agenda 2030 no Brasil, com especial atenção ao ODS 11 nas regiões metropolitanas.

Apesar do potencial de ampliação e visibilização da Agenda por iniciativas como a Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ou de eventos como o Workshop de Monitoramento dos

ODS e das atividades da rede SDSN-Brasil, ainda há muito a ser explorado no tema da localização dos ODS nos municípios e, especialmente, na escala metropolitana. O atual processo de planejamento de desenvolvimento urbano integrado é uma grande oportunidade para isso, bem como a formação de parcerias entre governos, sociedade civil e empresas é chave para que este processo seja bem-sucedido.

Segmentos da sociedade civil estão bastante mobilizados e produzindo informação qualificada sobre o tema, principalmente a partir do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, que reúne dezenas de organizações da sociedade civil para acompanhar o cumprimento dos ODS nos níveis nacional e subnacionais, muitas listadas no caderno. Esperamos que as experiências aqui apresentadas sejam inspiradoras e que as ferramentas sejam úteis ao público leitor.

O objetivo é que este seja um guia prático de apoio ao processo de implementação da ambiciosa Agenda 2030, que se inicia no mundo todo. Serão identificadas oportunidades e desafios locais à implementação e monitoramento dessa que é a agenda global pactuada para o desenvolvimento sustentável em regiões metropolitanas brasileiras. Neste sentido, o atual momento de crise política e econômica no Brasil deve servir como elemento catalisador de ações da sociedade civil, estimular fontes/formas alternativas de financiamento e, até mesmo, de coleta de dados para o monitoramento.

Apesar do processo estar se iniciando no país, espera-se que este "manual" possa ser utilizado em outras metrópoles latino-americanas e em outras partes do mundo, que se defrontam com desafios relacionados ao planejamento metropolitano e ao desenvolvimento sustentável.



Capítulo I :

TERRITORIALIZAÇÃO
Implementação dos
ODS em um mundo
urbanizado

1.1 VISÃO GERAL DOS ODS E SUA DIMENSÃO URBANA

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram aprovados pela Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2015, após discussões iniciadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em 2012 no Rio de Janeiro, Brasil. Os ODS estabelecem, em seus 17 objetivos, um conjunto de 169 metas a serem perseguidas pelos mais de 193 países-membro da ONU até o ano de 2030.

A chamada Agenda 2030 é ousada e busca dar continuidade, ao mesmo tempo em que complexifica e amplia, as diretrizes estabelecidas a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tinham como prazo o ano de 2015 para cumprimento de 8 metas. Findo este processo, os ODS passam a pautar, até 2030, os desafios do desenvolvimento a partir de objetivos como a erradicação da extrema pobreza, redução das desigualdades globais e das mudanças climáticas, promoção da urbanização sustentável, proteção de ecossistemas ameaçados, fortalecimento das instituições e promoção da inclusão e da participação social.

Assim, o tema das cidades não se restringe ao ODS 11, mas é transversal a vários outros

ODS, senão todos. Apesar da concentração das desigualdades, o desenvolvimento urbano sustentável pode ser visto como a possibilidade de reinvenção da relação humana com a natureza, mediada pelo trabalho e pela tecnologia. Por isso, o processo de implementação dos ODS adquire especial atenção em nível local de gestão pública, uma vez que é nas cidades onde se encontra a maior parte da população, onde se concentram as demandas e destacam-se as desigualdades sociais.

Em um contexto sem precedentes em nossa recente história democrática de mudanças políticas como o que o Brasil tem vivenciado, torna-se imperativo que os municípios e regiões metropolitanas sejam protagonistas no processo de territorialização dos ODS, em ação intersetorial e intergovernamental. A Agenda 2030 deve ser tomada como inspiração para o estabelecimento de patamares mínimos de desempenho no acesso a serviços públicos e de desenvolvimento social. Por esse motivo, a potencial "comparabilidade" que geralmente a esfera nacional espera estabelecer entre todos os municípios (e para isso busca definir metodologias de mensuração, etc.), são importantes, mas não podem perder de vista as ações locais de mobilização e ação na Agenda 2030.

OBJETIVO 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

- 11.1** *Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas*
- 11.2** *Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos*
- 11.3** *Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países*
- 11.4** *Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo*
- 11.5** *Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade*
- 11.6** *Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros*
- 11.7** *Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência*
- 11.a** *Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento*
- 11.b** *Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis*
- 11.c** *Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais*

Todos os esforços devem ser feitos para que os ODS sejam adaptados às diferentes realidades dos países — uma meta desafiadora, em um mundo com níveis de urbanização sem precedentes e que ultrapassa os 7 bilhões de habitantes.

O caráter transversal dos ODS aplica-se ao chamado tripé da sustentabilidade: unir as dimensões Econômica, Social e Ambiental para a análise e proposição de desenvolvimento integrado e indivisível, com o compromisso de implementação integral por todos países-membro e o lema

de “não deixar ninguém para trás”. Tudo isso significa que os desafios urbanos passam a ser os desafios globais — assim como suas potencialidades, pois cerca de 54% da população mundial vive em cidades, que ocupam apenas 3% da superfície do planeta, segundo a própria ONU. Assim, a questão urbana torna-se cada vez mais central, estando relacionada aos principais desafios cotidianos colocados ao desenvolvimento humano, de forma que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável se apresentam como compromissos para um futuro que é cada vez mais urbano.

1.2 PAPEL DAS CIDADES E REGIÕES METROPOLITANAS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

Vivemos em um mundo que se urbaniza a uma velocidade sem precedentes na história. A utilização dos recursos naturais sem compromisso com as gerações futuras tem levado a estresses climáticos, como a elevação da temperatura média da superfície do planeta e a crises de abastecimento de água, como aquela vivida pelo Brasil no ano de 2014. Desta forma, para a promoção do desenvolvimento sustentável do planeta, é fundamental a adoção de comportamentos de consumo mais conscientes, a partir da atenção aos processos de obtenção de matérias-primas e de utilização de fontes energéticas demandados pelo modo de vida urbano capitalista. Uma alternativa a isto seria o estabelecimento de relações mais humanizadas entre o mundo rural e as urbanidades, tanto para manutenção das condições de vida daqueles que exercem ali seu modo de existência quanto pela garantia da produção de alimentos,

que muitas vezes se vê ameaçada pela expansão da urbanização no campo.

A Nova Agenda Urbana das Nações Unidas aponta a construção de infraestruturas sustentáveis, a mobilidade urbana, a energia e a resiliência como pontos fundamentais para transformação das cidades em espaços mais sustentáveis, a partir do estímulo à cultura do compartilhamento, em oposição ao modelo acumulador, e da utilização (e reutilização) de materiais com menor pegada ecológica, por exemplo, na construção das infraestruturas urbanas. Em paralelo a isso, mudanças na concepção de planejamento modernista, passando a uma noção de planejamento mais ativa por parte dos cidadãos e de engajamento dos diversos públicos das cidades, busca construir uma visão mais integrada, inclusiva e politizada – menos restrita à lógica segmentada e de caráter estritamente técnico.

CIDADE PLANEJADA

Marcha universal ao desenvolvimento; homogeneidade, pouco respeito à diversidade regional, por exemplo; benefícios urbanos concentrados em pequenos grupos ou elites; focado no desenho de infraestruturas urbanas enquanto o mercado regula outras áreas importantes; geralmente traz visão top-down;

CIDADE QUE PLANEJA

Conjuga as visões (de futuro) de residentes, trabalhadores, investidores e lideranças; busca pela integração entre uso do solo, emprego, transporte, educação, cultura e recursos naturais; processo comunicativo; atenção ao contexto nacional e cultural; preocupação com a equidade e a qualidade ambiental

A fim de dar conta de alguns dos desafios de desenvolvimento mais prementes das cidades contemporâneas, é necessário ir além dos limites municipais. Isto é especialmente evidente quando o que se pretende é que as metrópoles sejam mais resilientes, com fontes de água e saneamento ambiental adequados, e que promovam melhorias na infraestrutura de transporte, possibilitando a redução dos níveis crescentes de desigualdade social - exacerbados pela segregação socioespacial nas grandes cidades.

Relatórios recentes mostram que 65% das metas dos ODS vão exigir o envolvimento substantivo de agentes no nível municipal¹. Por isso os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não serão alcançados sem a coordenação metropolitana e a cooperação intermunicipal. É fundamental, portanto, que a implementação dos ODS seja feita de forma que catalise a cooperação metropolitana e os esforços conjuntos entre governos locais. Um relatório recente da United Cities and Local Governments (CGLU) enfatiza a necessidade de cooperação entre municípios para atingir os ODS, afirmando que a:



A cooperação intermunicipal, incluindo a cooperação transfronteiriça, se for o caso, deve ser usada por governos locais para garantir em conjunto as suas necessidades, definir as suas prioridades nos ODS e desenvolver programas e planos no nível territorial. Os governos locais e regionais devem trabalhar juntos para garantir uma abordagem mais integrada e eficiente para o desenvolvimento territorial através da cooperação na prestação de serviços, infraestruturas e, quando possível, por meio da partilha de recursos e capacidades².



Além disso, em um relatório publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sobre os avanços e desafios nacionais sobre a Nova Agenda Urbana³, o tema da governança metropolitana foi enfatizado. O relatório deu destaque para a necessidade de promoção de reformas que possam redistribuir o acesso a equipamentos e serviços públicos e implementar as

funções públicas de interesse comum nas regiões metropolitanas (transporte, uso do solo, saneamento e resiliência, no caso da RMRJ), ao mesmo tempo em que fortalece os mecanismos de controle social e transparência das ações políticas.

A nova legislação nacional sobre a questão metropolitana, incluindo uma recente decisão

1 MISSELWITZ, Philipp; MUÑOZ, María Rosa; VILLANUEVA, Jesús Salcedo; and WALTER, Anna Marie. "The Urban Dimension of the SDGs: Implications for the New Urban Agenda." Cooperação entre GIZ, UC, e UT Berlim. Junho de 2016.

2 "Roadmap for Localizing the SDGs: Implementation and Monitoring at Subnational Level." United Cities and Local Governments: Global Taskforce of Local and Regional Governments. 2016.

3 Relatório Brasileiro para o Habitat III, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2016.

do Supremo Tribunal Federal, que obriga os governos estaduais a criarem um colegiado de gestão e governança metropolitanas para coordenar funções públicas de interesse comum, tem estimulado um forte movimento para o planejamento na escala metropolitana. O Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015), que entrou em vigor no ano de 2015, reitera esse foco renovado e a importância do planejamento metropolitano no Brasil, reconhecendo o papel crítico que estes aglomerados desempenham na busca por um desenvolvimento mais sustentável e uma melhor qualidade de vida para os cidadãos.

De acordo com o último recenseamento do país, realizado em 2010, mais de 50% da população brasileira vive nas mais de 70 regiões metropolitanas do país⁴.

Todas as regiões metropolitanas do Brasil são agora obrigadas a desenvolver Planos de Desenvolvimento Urbano Integrados (PDU) e a criar entidades que possam coordenar estas funções públicas de interesse comum,

1.3 LIÇÕES APRENDIDAS COM OS ODM NO BRASIL

O Brasil tornou-se reconhecido internacionalmente por ter atingido diversas metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), notadamente nos casos de redução da pobreza extrema, eliminação da fome e redução da mortalidade infantil e de mortes por doenças como a tuberculose.

O desempenho do país em algumas dessas metas ainda contribuiu para vários objetivos alcançados em nível global, como a grande

redução na pobreza extrema – onde o Brasil conseguiu reduzir essa população a 1/7 do que era antes os ODM. Este desempenho positivo, no entanto, não ocorreu de maneira uniforme no país, e em algumas áreas metropolitanas estudos mostram que muitos municípios não conseguiram atingir seus objetivos.

como transporte, uso do solo, saneamento e resiliência. Este processo deve ser feito com a participação dos municípios integrantes das RM's e da sociedade civil.

Os compromissos assumidos pelos governos durante a Assembleia-Geral da ONU não podem, no entanto, se restringir ao âmbito estatal, e os papéis da sociedade civil, das empresas e demais segmentos interessados deve ser ativo, atuando na mobilização e no monitoramento do cumprimento das metas pelos Estados. Estes segmentos não-estatais foram agentes fundamentais no Brasil durante a vigência dos Objetivos do Milênio, quando campanhas, observatórios de monitoramento e prêmios foram criados de maneira independente de governos – mas ao mesmo tempo em diálogo com estes. Esta ação multissetorial conseguiu resultados importantes no país, que levaram à superação de diversas metas estabelecidas pelos ODM, principalmente no combate à fome e à mortalidade materna e infantil.

Várias lições importantes podem ser aprendidas com a implementação dos ODM no Brasil, o que ajudará a informar

⁴ Modelar a Metrópole, "RMRJ." 2016 <http://www.modelarametropole.com.br/rmrj/#rmrj-camara>

as estratégias sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Nova Agenda Urbana⁵:

- Papel das organizações internacionais, como o PNUD, que ajudaram a mobilizar e coordenar os interesses em torno da agenda dos ODM foi fundamental para encorajar diferentes setores da sociedade a incorporar as metas em seus planejamentos;
- Adoção dos ODM ajudou a iniciar um processo de mobilização da sociedade civil em torno da agenda internacional do desenvolvimento, e sobre a qual pode se basear a implementação dos ODS;
- Desenvolvimento nacional dos instrumentos de planejamento, como os planos diretores municipais obrigatórios, planos de assistência social, educação e outros, serviram como uma oportunidade para a incorporação dos ODM em ações governamentais. Existe agora um foco maior sobre o planejamento no nível metropolitano, identificado como um desafio e uma oportunidade para a implementação do ODS;
- Coleta de dados para os ODM foi analisada em nível estadual e muitas vezes enfrentou desafios relacionados com o acesso e qualidade dos dados. Os desafios relacionados com este mesmo processo, agora para os ODS, são mais complexos, não somente por causa do aumento do número de objetivos e de sua natureza transversal, mas também porque há uma ênfase maior na utilização de dados municipais. Embora a coleta de dados no Brasil tenha melhorado substantivamente na última década, ainda há uma clara necessidade de melhorar

as capacidades das agências de dados estaduais para preencher as lacunas de informação nos níveis subnacionais;

- Outra dificuldade enfrentada com os ODM foi o uso de diversos registros administrativos como fonte de dados para monitorar o progresso nas metas. Desde dados sobre emprego até a área de saúde materno-infantil, sabe-se que registros administrativos são reconhecidos por uma certa limitação como base de dados estatísticos, devido a grandes variações no gerenciamento de informações em cada local, e que dependem da capacidade administrativa da entidade envolvida (município, estado ou governo federal). Municípios que têm capacidades administrativas baixas (e, geralmente, possuem os piores desempenhos nos indicadores sociais), muitas vezes são incapazes de coletar e atualizar bases nacionais, como as do Sistema Único de Saúde (Datasus) e a do Ministério do Trabalho e Emprego (Sistema RAIS-MTE);
- Desafio de uniformidade nos registros administrativos é uma das preocupações atuais na definição de indicadores que serão utilizados para monitorar o ODS - por isso a priorização de dados obtidos de fontes primárias vem sendo discutida;
- Os ODM foram em grande parte alcançados por ações do Estado em parceria com iniciativas de diversos segmentos da sociedade civil e do setor privado. O "selo ODM", por exemplo, foi criado pelo Movimento Nós Podemos do Paraná, em parceria com o Serviço Social da Indústria (SESI), para reconhecer e certificar entidades da iniciativa privada,

5 MACHADO FILHO, Haroldo. "União Europeia, Brasil e os Desafios da Agenda do Desenvolvimento Sustentável: Dos Objetivos do Milênio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: lições Aprendidas e Desafios." Konrad Adenauer Stiftung. 27 de abril de 2016.

da sociedade civil e do poder público que estivessem comprometidas com o cumprimento dos ODM. Foram realizadas 5 edições do Selo ODM, com centenas de instituições certificadas;

- Prêmio ODM Brasil foi criado em 2004, por meio de uma parceria entre o Governo Federal, o PNUD, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e buscava reconhecer boas práticas de administrações municipais e de organizações da sociedade civil em torno das metas dos ODM. Foram realizadas cinco edições, nas quais foram inscritas mais de 5 mil iniciativas de governos municipais e organizações sociais;

- Apesar dos importantes progressos na consecução dos ODM, ainda há esforços a serem feitos, mesmo em regiões com altos níveis de desenvolvimento humano, como o estado do Rio Grande do Sul (RS), no sul do Brasil. Por exemplo, dos 34 municípios que compõem a região metropolitana de Porto Alegre (RMPA), 31 não atingiram sequer 50% das metas previstas até o ano de 2015, apesar do bom desempenho da capital, Porto Alegre, nos ODM, de acordo com um estudo publicado pela extinta Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS)⁶. Assim, a Agenda 2030 apresenta uma oportunidade para construir e aperfeiçoar os esforços que foram feitos para atingir os ODM, na busca por políticas públicas mais integradas.

1.4 CONTEXTO NACIONAL DOS INDICADORES ODS

O Brasil tem sido um líder regional e global em seu trabalho de territorialização dos ODS de acordo com as realidades e prioridades do país. Trata-se de um processo extenso, que remonta à Conferência Rio+20, no ano de 2012, que, apontou para a criação dos ODS em substituição aos ODM como pacto global em prol do desenvolvimento sustentável.

Desde então uma série de esforços vêm sendo realizados para alcançar este objetivo, que tem envolvido instituições públicas e privadas, do governo, sociedade civil e Universidades. No âmbito governamental, a fim de definir a posição do Brasil em relação à Agenda 2030, o Governo Federal criou, em

2014, o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sobre a agenda pós-2015. O GTI reuniu 27 ministérios e órgãos governamentais, e recolheu as contribuições da sociedade civil em eventos realizados nas cidades de Brasília-DF e Rio de Janeiro-RJ, bem como contribuições de representantes dos governos municipais em oficinas organizadas pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ministério das Cidades, do Meio Ambiente e outros.

Para o GTI, o Estado brasileiro compreende os ODS, *“como uma ferramenta nacional para o alinhamento das políticas sociais, ambientais e econômicas”*⁷, e além do Grupo de Ministérios, no país foi desenvolvido um

⁶ PUIG, Gonzalez Hélios; SANTAGADA, Salvatore. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): o que se pode esperar dos indicadores nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) até 2015?. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p.383-476, 10 dez. 2015. Semestral.

⁷ PNUD Brasil: Apresentação em Seminário do IPEA. Brasília, 17 de maio de 2016, feita por Haroldo de Oliveira Machado Filho.

grupo de trabalho específico sobre ODS liderado pelo PNUD e pelo Ministério das Relações Exteriores, que inclui 16 grupos técnicos de trabalho (um para cada ODS, do 1 ao 16), com 19 diferentes agências da ONU envolvidas. Através deste esforço nacional, foram identificados mais de 574 indicadores nacionais que podem ser usados para monitorar o progresso dos ODS. Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), preside a Comissão de Estatística para a América Latina das Nações Unidas, trabalhando para adotar um conjunto de indicadores internacionais para monitorar os ODS, tendo em conta o contexto regional.

Contudo, da Conferência de 2012 até o ano da edição deste Caderno, 2017, o país vem vivendo grandes mudanças políticas, que tiveram seu ápice com a destituição, em 2016, da Presidente da República eleita em 2014. Isto levou a mudanças nas equipes que vinham conduzindo o processo tanto no nível nacional quanto internacional, na representação e representatividade do país. Ainda assim, organizações da sociedade civil e organismos internacionais, como o PNUD, vêm trabalhando para aperfeiçoar o processo nacional de implementação dos ODS, por meio de discussões, grupos de trabalho, seminários, acordos e plataformas web.

Importante destacar que o processo de definição dos indicadores nacionais de acompanhamento dos ODS ainda não está finalizado. O IBGE, como agência oficial de produção de estatísticas do país, vem liderando este processo, no qual a participação da sociedade civil é bastante

restrita. Como forma de buscar aproximar a discussão governamental do debate público (em seus diferentes segmentos), o Governo Federal publicou em outubro/2016 o Decreto n. 8892/2016, que institui a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A Comissão tem um caráter consultivo e reúne, de maneira paritária, 8 representantes dos 3 níveis de governo (Municípios, Estados e União⁸) e 8 representantes da sociedade civil, entre ONG's, entidades de representação empresarial e outras. A Secretaria-Executiva da Comissão está alocada na Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV).

Acredita-se que a participação do país em diversos espaços deliberativos pré-decisórios no âmbito internacional tenha contribuído para a apropriação da temática dos ODS no nível nacional. Vale lembrar que a então Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participou do Painel de Alto Nível sobre a Agenda Pós-2015 no nível global, e o Secretário-Executivo do Ministério, Francisco Gaetani, foi o representante do país no Comitê Intergovernamental de Peritos Sobre o financiamento do Desenvolvimento Sustentável.

Em paralelo à representação brasileira nos espaços internacionais e às ações governamentais, a sociedade civil também organizou sua agenda de discussão e contribuições à definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e vem contribuindo no processo de implementação da Agenda 2030 no país, por meio de diversas iniciativas, tratadas adiante.

8 Além da Secretaria de Governo, o governo federal participará por meio de representantes dos seguintes ministérios: Relações Exteriores; Desenvolvimento Social e Agrário; Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Meio Ambiente; além da Casa Civil da Presidência da República e de um representante de governos estaduais e um representante de governos municipais.

1.5 CONTEXTO DA PESQUISA PROJETO SOLUTIONS INITIATIVE

A SDSN Brasil (Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável) foi fundada no Rio de Janeiro em 2014. A rede nacional é parte de uma iniciativa global lançada pelo então Secretário Geral da ONU Ban Ki-Moon para apoiar a implementação local dos ODS de acordo com o contexto de cada país e região.

A SDSN Brasil foca especificamente na implementação do ODS 11. Por meio do seu trabalho no Brasil, a rede, que é composta por mais de 40 membros e parceiros incluindo ONGs, universidades e agências públicas, chegou à conclusão que para uma implementação bem-sucedida do ODS 11 no Brasil é necessário olhar para além dos centros das cidades, já que muitos desafios em termos de desenvolvimento estão ocorrendo na escala metropolitana.

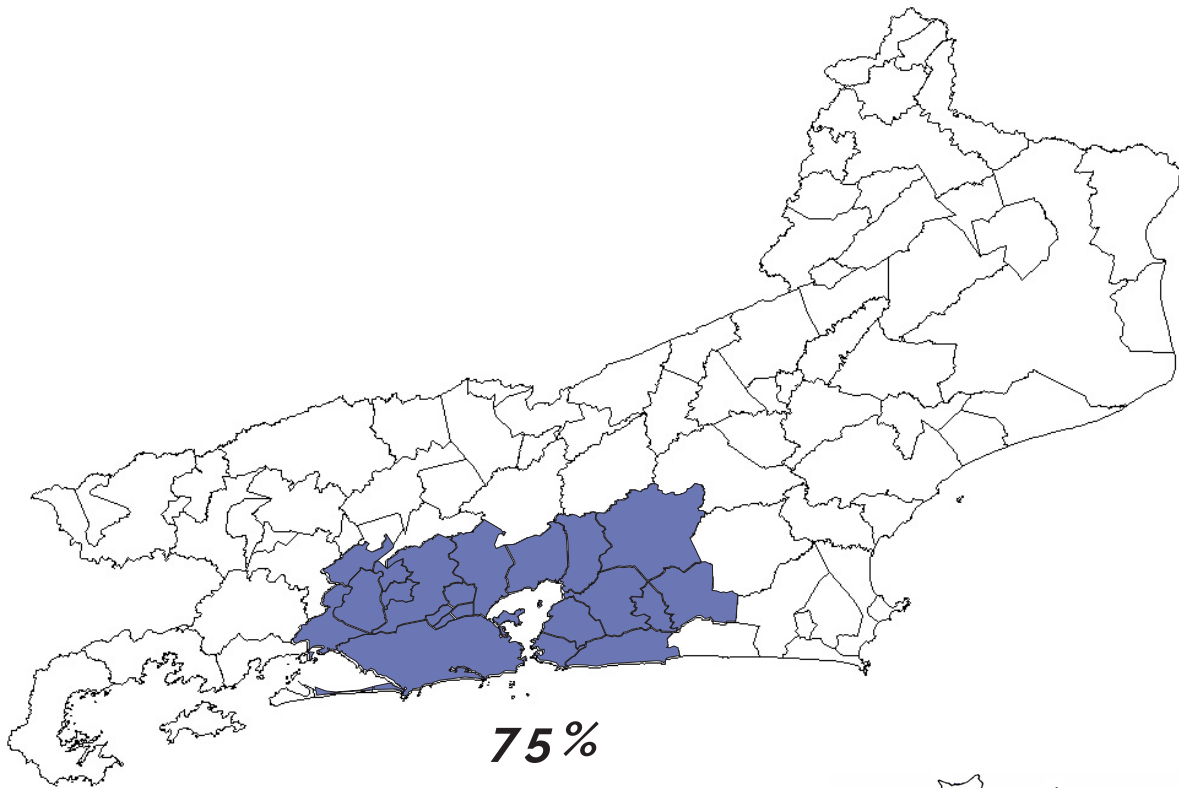
Nesse contexto, a SDSN Brasil, em parceria com a GIZ em nome do Ministério alemão para a Cooperação e Desenvolvimento (BMZ), está liderando a iniciativa "Cidades Sustentáveis: Implementação e Monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em um Contexto Metropolitano" como parte do projeto SDSN Solutions Initiative. O projeto visa servir como referência para a implementação local dos ODS, especialmente o ODS 11.

A região metropolitana do Rio de Janeiro possui muitos desafios de desenvolvimento em comum com outras partes do mundo, como os altos índices de desigualdade, a falta de saneamento e a demanda crescente por soluções sustentáveis para a mobilidade urbana. Além disso, a economia brasileira tem passado por um período difícil nos últimos anos, fazendo com que os desafios de desenvolvimento sejam ao mesmo tempo mais urgentes e mais difíceis de resolver. Para fazê-lo, será necessária a adoção de soluções criativas e inovadoras.

O Brasil também possui alguns potenciais nesse sentido, já que é o líder regional na coleta de dados, um componente essencial para o monitoramento do progresso da Nova Agenda Urbana e dos ODS.

A região metropolitana do Rio, assim como outras regiões metropolitanas do Brasil, reserva inúmeras desigualdades intra e intermunicipais, e vem buscando soluções para promover uma melhor gestão e governança metropolitanas. Em uma busca por promover as soluções locais, o projeto visa apresentar alternativas que possam servir de motivação e experiência a uma audiência global, em um contexto de grandes desafios e restrições a diferentes partes do mundo.

NO RIO DE JANEIRO



Rio de Janeiro: 4ª menor unidade federativa do Brasil (43.696 km²), 3ª maior população (16 milhões de pessoas), 2ª maior região metropolitana (12 milhões de pessoas), 1º em metropolitanização (75% da população do estado vivem na RMRJ).



CONDIÇÕES DE VIDA NA RMRJ

	POPULAÇÃO (2016) ¹	IDHM (2010) ²	RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (US\$, 2016) ³	% DE DOMICÍLIOS EM DÉFICIT HABITACIONAL (2010) ⁴
RMRJ	12.330.186	0,77	534	9,9
Belford Roxo	494.141	0,68	231	9,7
Cachoeiras de Macacu	56.603	0,70	285	7,6
Duque de Caxias	886.917	0,71	279	9,9
Guapimirim	57.105	0,70	280	8,9
Itaboraí	230.786	0,69	275	8,6
Itaguaí	120.855	0,72	299	10,4
Japeri	100.562	0,66	198	8,3
Magé	236.319	0,71	267	8,6
Maricá	149.876	0,77	429	7,8
Mesquita	171.020	0,74	302	10,9
Nilópolis	158.319	0,75	356	12,3
Niterói	497.883	0,84	942	7,5
Nova Iguaçu	797.435	0,71	278	8,9
Paracambi	50.071	0,72	273	10,8
Queimados	144.525	0,68	228	7,9
Rio Bonito	57.963	0,71	303	10,0
Rio de Janeiro	6.498.837	0,80	703	10,3
São Gonçalo	1.044.058	0,74	315	9,9
São João de Meriti	460.541	0,72	281	11,2
Seropédica	83.667	0,71	285	8,4
Tanguá	32.703	0,65	208	7,7

Fonte:

¹ Estimativa
Populacional 2016,
IBGE.

² PNUD

³ Censo/IBGE 2010,
com deflação (IPCA) e
câmbio para dez 2016.

⁴ FJP, 2010.

	% COM DESLOCAMENTO CASA-TRABALHO > 60 MIN (2010) ⁵	TAXA DE HOMICÍDIO (POR 100 MIL PESSOAS, 2016) ⁶	% PESSOAS ATENDIDAS POR ESGOTAMENTO SANITÁRIO (2015) ⁷
RMRJ	28,0	38,9	66,8
Belford Roxo	42,6	53,2	40,7
Cachoeiras de Macacu	9,2	19,4	56,8
Duque de Caxias	31,5	51,2	44,1
Guapimirim	16,5	45,5	ND
Itaboraí	29,8	40,3	42,3
Itaguaí	9,4	72,8	39,2
Japeri	54,1	100,4	ND
Magé	29,0	50,8	42,4
Maricá	28,1	34,7	12,1
Mesquita	32,5	46,8	43,7
Nilópolis	33,4	36,0	99,8
Niterói	23,9	37,2	93,1
Nova Iguaçu	38,8	54,0	45,0
Paracambi	17,8	67,9	45,9
Queimados	46,6	134,9	40,7
Rio Bonito	7,9	10,4	ND
Rio de Janeiro	25,5	29,3	83,1
São Gonçalo	31,2	42,1	38,6
São João de Meriti	33,1	46,9	48,9
Seropédica	23,1	41,8	33,3
Tanguá	17,5	30,6	31,2

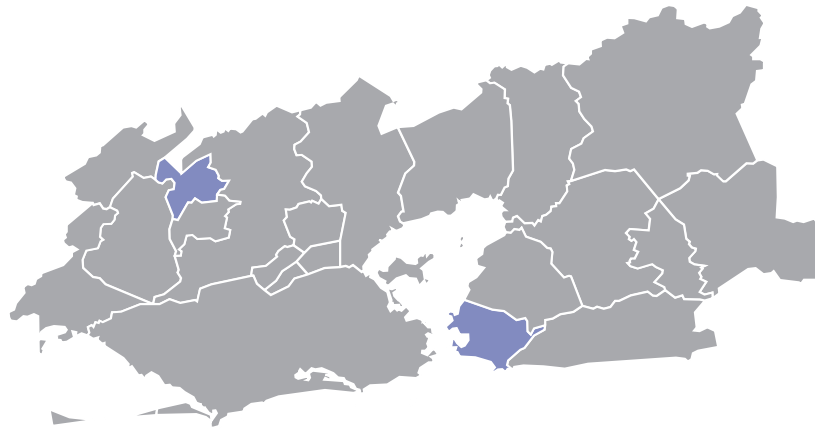
Fonte:





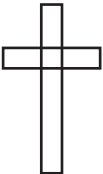
5 Censo/IBGE, 2010.






6 "Letalidade Violenta". ISP, 2016.

7 SNIS, 2015.

JAPERI X NITERÓI



INDICADOR	JAPERI	NITERÓI
 <p>IDH-M (2010)</p>	<p>0,66 (3.458° DO BRASIL)</p>	<p>0,84 (7° DO BRASIL)</p>
 <p>RENDA MÉDIA MENSAL POR PESSOA</p>	<p>197,85 US\$</p>	<p>941,96 US\$</p>
 <p>TAXA DE POBREZA EXTREMA</p>	<p>4,1%</p>	<p>0,8%</p>
 <p>EXPECTATIVA DE VIDA</p>	<p>73,5 ANOS</p>	<p>76,2 ANOS</p>
 <p>TAXA DE HOMICÍDIOS</p>	<p>100 MORTES POR 100 MIL HABITANTES</p>	<p>37 MORTES POR 100 MIL HABITANTES</p>

INDICADOR	JAPERI	NITERÓI
 <p>TAXA DE HOMICÍDIOS DA JUVENTUDE NEGRA</p>	<p>104</p> <p>MORTES POR 100 MIL HABITANTES</p>	<p>121</p> <p>MORTES POR 100 MIL HABITANTES</p>
 <p>MENINAS DE 15 A 17 ANOS MÃES</p>	<p>11,1%</p>	<p>4,4%</p>
 <p>CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS NA CRECHE</p>	<p>14%</p>	<p>40%</p>
 <p>TEMPO MÉDIO DE DESLOCAMENTO CASA-TRABALHO</p>	<p>71 min</p>	<p>45 min</p>
 <p>PESSOAS DESEMPREGADAS</p>	<p>12%</p>	<p>6,7%</p>

Fonte: Mapa da Desigualdade (Casa Fluminense)

Dada essa oportunidade, o projeto Solutions Initiative está trabalhando para: (1) incentivar e acompanhar a institucionalização dos ODS nas estruturas metropolitanas, (2) avaliar a disponibilidade de dados no Brasil para o monitoramento dos ODS, e propor dados alternativos para preencher as lacunas existentes, (3) reconhecer o papel da sociedade civil no monitoramento do progresso dos ODS e apoiar as suas atividades nesse sentido, e (4) demonstrar como o monitoramento dos ODS e a disponibilidade de melhores dados em

nível local podem fomentar a cooperação intermunicipal em regiões metropolitanas.

O projeto visa atuar do local na direção do global, demonstrando experiências na localização dos ODS globais e adaptando o quadro de monitoramento e avaliação aos contextos metropolitanos locais. O caso do Brasil, especialmente o da região metropolitana do Rio de Janeiro, será tomado como exemplo prático para ilustrar como o processo de localização dos ODS, coleta de dados e o monitoramento a nível local podem ser operacionalizados.

PROJETO SOLUTIONS INITIATIVE

Workshops “Mobilidade e governança metropolitana na RMRJ” e “Resiliência e governança na RMRJ”

Como parte do projeto Solutions Initiative: Sustainable Cities (Casa Fluminense/SDSN/GIZ), foram realizados dois workshops no Rio de Janeiro, no mês de maio/2016. Os eventos contaram com a participação de representantes dos 3 níveis de governo e de uma série de atores da sociedade civil e Universidade.

A proposta era “identificar as principais características do estado atual da governança metropolitana no tema da mobilidade e da resiliência”, bem como “alcançar uma visão e entendimento comuns (...) para a implementação de melhorias e buscar construir coletivamente recomendações para os próximos passos possíveis”, principalmente entre a Câmara Metropolitana e o Ministério das Cidades. Destes workshops foram extraídas recomendações e ações futuras que podem servir como parte da definição de prioridades na região RMRJ:



- Na área de resiliência, a Baía de Guanabara e a prevenção a eventos meteorológicos extremos foram as principais questões, e a unificação das bases de dados, no nível metropolitano, foi um ponto-chave;
- A elaboração de planos integrados e a incorporação de dados de modelagem climática ao planejamento dos municípios e dos investimentos em saneamento e drenagem, por exemplo, também foi apontada como necessidade;
- No plano institucional foi ressaltada a necessidade de se retomar a escala regional no planejamento, principalmente no nível das bacias hidrográficas – e sua articulação com a RMRJ (que recebe diversos cursos d’água da cadeia de montanhas ao seu redor e abriga as Baías de Guanabara e de Sepetiba, além de uma faixa litorânea importante).
- Na área da mobilidade, também se buscou identificar o estado-da-arte da governança metropolitana sobre o tema, com destaque ao papel que a rede ferroviária possui na estrutura urbana da RMRJ e às grandes limitações à integração física e tarifária entre alguns modais.
- Foi apontada também a necessidade de alinhamento futuro entre os objetivos e ações referentes à Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) e os ODS.
- O fortalecimento de novas centralidades e projetos de descentralização econômica também estão diretamente relacionados ao tema, e espera-se que o PDUI possa apontar estas possibilidades e que governos, sociedade civil, Universidade e setor privado possam participar deste processo de maneira ativa.
- A criação de um Observatório Metropolitano para monitoramento de indicadores e de efetividade do PDUI é uma possibilidade de sistematizar informações e aumentar o controle social deste processo, conferindo transparência aos investimentos públicos.

WORKSHOP MONITORAMENTO LOCAL E REGIONAL DOS ODS URBANOS NO BRASIL



No dia 16 de março de 2016 o projeto Solutions Initiative promoveu o Workshop Monitoramento Local e Regional dos ODS Urbanos no Brasil, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em Brasília-DF. A proposta do evento era debater ações para monitoramento dos ODS em escala metropolitana. No mesmo dia o IPEA realizou uma Oficina com o tema "Adequação dos Arranjos de Governança Metropolitana ao Estatuto da MetrÓpole e Subsídios à elaboração dos PDUIs". Esta ocasião se revelou como uma grande oportunidade para relacionar planejamento e governança metropolitana com os ODS.

O Workshop contou com a presença de representantes de diversas autoridades metropolitanas, além de membros do governo federal (Ministério das Cidades), do Sistema ONU e da sociedade civil.

Como parte das atividades que se consolidam neste "Guia", os três temas discutidos no Workshop foram:

- 1) Desafios de institucionalização do monitoramento do ODS na escala metropolitana;
- 2) O papel da sociedade civil no monitoramento dos ODS;
- 3) Utilização de dados e índices já existentes para o monitoramento dos ODS;

Alguns dos casos apresentados no Workshop encontram-se descritos ao longo desta publicação, como a Agenda Rio 2017, da Casa Fluminense, a identificação e alinhamento de políticas públicas aos ODS, promovida pelo Governo do Estado de São Paulo, ou ainda a adaptação de indicadores para monitoramento dos ODS, como o CPI (ONU-Habitat) ou a Plataforma Cidades Sustentáveis (Rede Nossa São Paulo).

1.6 CADERNO DE EXPERIÊNCIAS DISCUTIDO DURANTE A HABITAT III

“HABITAT III” foi a terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, e a primeira após a consolidação da Agenda de 2030. Reunindo aproximadamente 40 mil pessoas, de 167 países e de diversos setores de atuação, a semana de palestras e atividades aconteceu em Quito, capital do Equador, entre os dias 15 e 20 de outubro de 2016.

Na ocasião, os países-membros votaram e aprovaram a Nova Agenda Urbana (NAU). Ao assinar a declaração, os Estados-membros da ONU se comprometem a agir conscientemente ao longo dos próximos 20 anos, a fim de melhorar todas as áreas da vida urbana de acordo com o Plano de Implementação de Quito, com apoio dos resultados da Habitat III e da NAU.

A conferência global foi oportunidade única para debater e projetar novos caminhos para responder aos desafios da urbanização e às oportunidades frente à implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Além da adoção da nova agenda de desenvolvimento urbano, o evento promoveu o lançamento da plataforma de monitoramento da Agenda 2030, pelo PNUD, e publicações de diversos livros relacionados ao tema metropolitano.

Com grande público, o lançamento do livro “Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições à Habitat III”, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), contou com a participação da Casa Fluminense no

debate e no capítulo sobre monitoramento e advocacy sobre ODS na escala metropolitana, assunto comum a este Caderno, o qual também teve sua versão preliminar discutida em Quito, em mesa promovida pela GIZ.

Sendo assim, a partir do trabalho de pesquisa e articulação que a Casa Fluminense já faz nos 21 municípios da cidade metropolitana do Rio de Janeiro, somados aos esforços da SDSN em ampliar a sensibilização em torno do ODS 11 no Brasil e da GIZ em colocar a escala metropolitana no centro da análise de políticas públicas urbanas, promoveu-se um mapeamento importante, para fortalecer e inspirar a rede de atores envolvidos no tema e ampliar o debate.

Os dois capítulos que se seguem tratam de dar visibilidade para iniciativa de monitoramento (capítulo 2), para mensurar e contabilizar avanços e retrocessos, e incidência (capítulo 3), aplicações de metodologias que têm chamado atenção dos atores responsáveis, cobrando que políticas e ações públicas estejam alinhadas às duas pautas, sustentabilidade e metrópole.

Os casos são apresentados em 3 tipos e suas potenciais conexões: experiências com ODS, experiências com RMs ou ainda experiências ODS+RMs. A ideia é sensibilizar para os dois alinhamentos para análise do desenvolvimento das regiões brasileiras: a Agenda 2030 e a política metropolitana.

Boa leitura!



Capítulo II :

MONITORAMENTO

Um mundo que conta:
metodologias de
mensuração



2.1 ACESSO À INFORMAÇÃO PARA O MONITORAMENTO

A produção e uso de dados de qualidade serve como eixo fundamental da implementação dos ODS. Além do desafio de obter dados atuais, com boa qualidade e desagregados, é extremamente importante que estes dados estejam disponíveis a todos os setores da sociedade e que as desigualdades de capacidade de produção de dados entre os países, e mesmo no nível subnacional, sejam reduzidas. O chamado de "não deixar ninguém para trás", feito pela ONU, tem como princípio o aprimoramento da capacidade global de ter informações sobre a situação socioeconômica e ambiental de todo o planeta.

Este desafio se torna mais complexo nos últimos anos com o aumento exponencial na quantidade de dados produzida por pessoas cada vez mais conectadas e com dispositivos de identificação, mapeamento e telecomunicação que não reconhecem fronteiras e superam limites a todo momento. O desafio, portanto, passa a ser como aproveitar este desenvolvimento tecnológico e o potencial individual de colaboração dos cidadãos com o desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030.

Quando usados corretamente, os dados podem ajudar a definir prioridades governamentais, direcionar recursos e envolver a sociedade civil na tomada de decisões. A maneira por meio da qual os dados são apresentados também é

muito importante, pois ajuda a definir as percepções e tomadas de decisão. É claro que, no caso do Brasil, a fim de monitorar com sucesso o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e, conseqüentemente, adaptar as políticas públicas para sua execução, será necessário olhar para as fontes de dados para além do Censo Demográfico nacional.

O desenvolvimento de indicadores e de metodologias adequados à mensuração dos objetivos e metas propostos pela Agenda 2030, deve ser buscado pelos diferentes entes de governo envolvidos, sempre em diálogo com a sociedade civil e o setor privado. Assim, o desafio da coleta de dados deve ser assumido por todos aqueles que estejam comprometidos com o processo. O engajamento cidadão, inclusive, é um diferencial para o cumprimento da agenda – tanto no sentido de fiscalização e monitoramento, quanto por conta do potencial que os cidadãos têm de fornecerem dados e informações para tornar possível este monitoramento.

A confiança entre cidadãos, empresas e governos de que os dados gerados serão anonimizados e utilizados para finalidade específica, neste sentido, é fundamental para a colaboração e o engajamento. O documento "*A World That Counts*"¹, elaborado a pedido do Secretário Geral Ban Ki-moon, trata da "revolução dos dados"²

1 ONU. Secretariado-Geral. IEAG (Independent Expert Advisory Group). *A World That Counts – Mobilising the Data Revolution for Sustainable Development*. New York, 2015. Disponível em <http://www.undatarevolution.org/report/>. Acesso em 10/02/2017.

2 Dados são a força vital e matéria-prima para o accountability. Sem dados de alta qualidade provendo a informação correta sobre as coisas certas no tempo certo, criar, monitorar e avaliar a efetividade de políticas públicas se torna quase impossível. IEAG-ONU, 2015, p. 2

possibilitada pelas novas tecnologias e pelo advento da sociedade informacional com vistas à promoção de um projeto global de desenvolvimento sustentável. O documento aponta a urgência da necessidade de se produzir dados com qualidade, em todos os países do mundo, para o avanço das políticas públicas e para se concretizar o objetivo de "não deixar ninguém para trás", lema da Agenda 2030.

Formas alternativas de coleta de dados e produção de indicadores, principalmente por parte da sociedade civil (mas não somente), vêm ganhando visibilidade e reconhecimento. No Brasil, o atual contexto de crise econômica faz com que a criação de novas pesquisas com base em surveys,

por exemplo, seja inviável, tendo em vista o custo elevado deste tipo de pesquisa. A utilização de registros administrativos para criação de indicadores tem crescido no período recente e exemplos como o Índice de Progresso Social (IPS) utilizam estes bancos de dados amplamente. Os registros administrativos (em grande parte) são fontes contínuas de dados e não periódicas, o que possibilita uma análise mais apurada do fenômeno. O desafio da uniformidade (padronização no momento da coleta, principalmente, para comparação com outro município, por exemplo) e a identificação de possíveis vieses e pontos-cegos do registro, no entanto, são duas de suas principais limitações.

2.2 DADOS DE PERCEPÇÃO

Dados de percepção podem ser muito úteis como fonte de informações qualitativas e podem apoiar a inclusão de experiências e prioridades de diferentes setores da sociedade nos processos de tomada de decisão. São ainda uma forma mais direta de aferição da repercussão que determinada ação está tendo sobre o público – afinal, nem toda política pública analisada como exitosa por especialistas é bem avaliada pela população. Além disso, pesquisas de percepção são capazes de aferir também a qualidade dos bens/serviços em questão e não somente a quantidade (como a maior parte dos indicadores possibilita).

A Casa Fluminense, enquanto organização da sociedade civil do Rio de Janeiro, que promove a discussão sobre o

planejamento metropolitano participativo na RMRJ, realiza dois fóruns de escuta a cada ano. O objetivo é o de contribuir para o debate sobre políticas públicas na região metropolitana, dando visibilidade aos territórios e municípios raramente presentes nos meios de comunicação, além de buscar fortalecer as vozes dos cidadãos na tomada de decisões. A Casa Fluminense coleta dados de percepção nestes fóruns regionais, que incluem uma grande variedade de experiências de diferentes agentes envolvidos. Além destes fóruns, dados de percepção são levantados na intenção de identificar os locais prioritários para alocação de recursos e promoção do desenvolvimento, por meio de entrevistas com especialistas e consultas online.



PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA CONSTRUÇÃO DA AGENDA RIO 2017

2.3 OPÇÕES DE MONITORAMENTO

Além da coleta de dados de qualidade, existem vários fatores que são importantes para assegurar o acompanhamento adequado do progresso dos ODS. Esses fatores incluem a escala em que as questões são monitoradas, quem está envolvido no monitoramento e qual a periodicidade deste monitoramento. No caso das regiões metropolitanas, é importante dispor de dados desagregados por município para identificar os melhores e piores desempenhos na oferta de serviços na região, e ao mesmo tempo, poder agregar dados municipais na escala metropolitana, a fim de identificar tendências regionais e ter uma base de comparação com outras metrópoles.

Uma tendência mundial recente de inovação em coleta de dados é a utilização de Big Data para finalidades estatísticas. Há uma importante discussão internacional neste sentido, que vem mobilizando diversos especialistas em estatísticas nacionais para o debate sobre como estes novos conjuntos de dados podem ser usados para conhecer dinâmicas sociais³.

A integração de diferentes bases de dados é um dos principais desafios a quem se debruça sobre este tipo de material, além de especificidades como seu grande volume e a necessidade de novos instrumentos matemáticos e estatísticos para lidar com grandes números. Dentro dos compromissos referentes à Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, o conceito de "*Big Data for Development*" refere-se às utilizações possíveis de Big Data para políticas públicas e planejamento para o desenvolvimento. Algumas das características deste tipo de dados são:

- Digitalmente coletados (o dado já é gerado em meio digital e é manipulado por meio de computadores);
- Passivamente produzidos (dados são produto da interação com serviços digitais);
- Automaticamente coletados;
- Geograficamente ou temporalmente rastreáveis;
- Analisados continuamente (potencial para análises em tempo real ou longitudinal).

3 UNECE, What Does Big Data Mean for Official Statistics, 2013, <http://www1.unece.org/stat/platform/pages/viewpage.action?pagelId=77170614>. UN GLOBAL PULSE. Big Data for Development: a Primer. 2013. Disponível em www.unglobalpulse.org.

A seguir o leitor encontrará uma série de quinze experiências de monitoramento que propõem indicadores, métricas, instrumentos e metodologias para o exercício de acompanhar a execução de metas. A opção por dividir as experiências em três blocos visa apresentar: em **AZUL** aquelas que já trabalham com ODS, em especial o 11, mas ainda não possuem uma perspectiva metropolitana; em **LARANJA** aquelas que estão tratando da escala regional, em especial das periferias, mas ainda não alinhadas aos preceitos da sustentabilidade nas três dimensões. Por fim, em **VERDE** estão as experiências mapeadas que versam sobre o ODS 11 na escala da metrópole e que portanto cumprem com a proposta de territorialização da Agenda 2030 que é defendida neste projeto.



EXPERIÊNCIA ODS11: PCS - PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS – Rede Nossa São Paulo/RBCJDS/ETHOS

O Programa Cidades Sustentáveis (PCS) é uma iniciativa nacional da Rede Nossa São Paulo, Rede Social Brasileira por Cidades Justas Democráticas e Sustentáveis e do Instituto Ethos, que busca contribuir para ampliar a conscientização sobre o desenvolvimento sustentável na sociedade civil e nos governos locais. Além de campanhas de informação, o programa oferece um conjunto de ferramentas projetadas para ajudar os municípios a alcançar os ODS. Parte deste conjunto de ferramentas inclui uma plataforma com os ODS, que reúne cerca de 300 indicadores, alinhados à Agenda 2030. A plataforma fornece suporte para transformar os Objetivos em ações locais concretas, além de compartilhar boas práticas, utilizando exemplos nacionais e internacionais.

Configurada como um instrumento democrático, promove um movimento “de baixo para cima” para a ação política em busca da sustentabilidade - um passo essencial para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Como forma de estabelecer um compromisso público dos governos locais com o Programa e de garantir que os investimentos serão realizados a partir de variáveis econômicas, sociais e ambientais, o PCS criou uma Carta-Compromisso, a ser assinada pelos prefeitos dos municípios, e que já foi ratificada por 285 prefeitos brasileiros, sendo 22 de capitais (de um total de 27 existentes no país).

DESTAQUES:

- Alinhamento dos temas aos ODS;
- Conjunto de indicadores prontos para o monitoramento dos ODS;
- Multidimensionalidade.



cidadessustentaveis.org.br/gps

2

EXPERIÊNCIA ODS11: CENTRO DE OPERAÇÕES RIO, PENSA E RIO RESILIENTE – Prefeitura do Rio de Janeiro (2013)

CENTRO DE OPERAÇÕES RIO. Inaugurado em 2010, reúne informações para o monitoramento em tempo real de tráfego, pontos de alagamento e outras emergências no município – por meio de sistemas como Alerta Rio (pluviometria), câmeras de monitoramento de tráfego e informações de concessionárias de serviços públicos, como luz e água. Com estas informações em mãos, os cerca de 30 órgãos públicos representados no COR podem realizar ações de emergência e colocar em prática planos de contingência. Além disso, parcerias com aplicativos como Waze e Moovit possibilitam que o poder público tenha acesso aos dados do APP em tempo real, podendo fornecer imediatamente aos usuários dos mesmos, informações sobre esquemas especiais de tráfego, por exemplo.

PENSA RIO. No município do Rio de Janeiro a Prefeitura criou em 2013 o “PENSA – sala de ideias”, que funcionou com uma espécie de escritório de análise de dados, ligado à Casa Civil municipal. O projeto desenvolve diversas análises de Big Data para subsidiar o planejamento de ações do governo na cidade, como o esquema de transporte para festa de Réveillon (que se concentra na praia de Copacabana e reúne cerca de 2 milhões de pessoas), ou o planejamento de tráfego durante as obras no Centro da cidade durante o período de preparação para os Jogos Olímpicos 2016. Além disso pesquisas foram realizadas para planejar a estratégia de combate à Dengue, por meio da análise da mancha epidemiológica a partir do georreferenciamento de todos os casos notificados em anos anteriores – resultando em ações de combate que reduziram em 98% o número de casos (de 130 mil em 2013 para 2.700 em 2014).

RIO RESILIENTE. Nascido em 2014, o Rio Resiliente é uma iniciativa da prefeitura do Rio de Janeiro, em parceria com a 100 Cidades Resilientes, que busca aumentar a resiliência da cidade a eventuais choques e estresses que possam perturbar a normalidade da cidade. Para isso, foi desenvolvida a primeira Estratégia de Resiliência da cidade. A elaboração ocorreu em duas fases. Na primeira, foram identificados os principais riscos à resiliência da cidade, isto é, quais suas principais vulnerabilidades. Uma vez mapeada as prioridades de resiliência, a segunda fase contou com membros da sociedade civil, academia, setor público e privado em diversos sessões de debate em torno quatro Áreas de Foco – Mudanças Climáticas, Resiliência Socioeconômica, Comportamento Resiliente e Gestão Resiliente. Assim, em 2016, foi lançada a Estratégia de Resiliência do município representando um conjunto de diretrizes com o objetivo de lidar com as principais vulnerabilidades da cidade e torná-la mais capaz de se adaptar aos desafios. A atuação do Rio Resiliente é regida principalmente por três valores: 1) Conexão, reconhecendo e conectando com as boas práticas já existentes; 2) Colaboração, trabalhando de forma horizontal, transparente e intersetorial e 3) Co-benefícios, reconhecendo a complexidade dos problemas e buscando aumentar a utilidade de cada ação.

DESTAQUES:

- Integração entre órgãos governamentais para monitoramento em tempo real;
- Aplicação direta ao planejamento de políticas públicas;
- Utilização de fontes alternativas de dados (Big Data).

3

EXPERIÊNCIA ODS 11: ENCICLOPÉDIA DOS DADOS - Datapedia

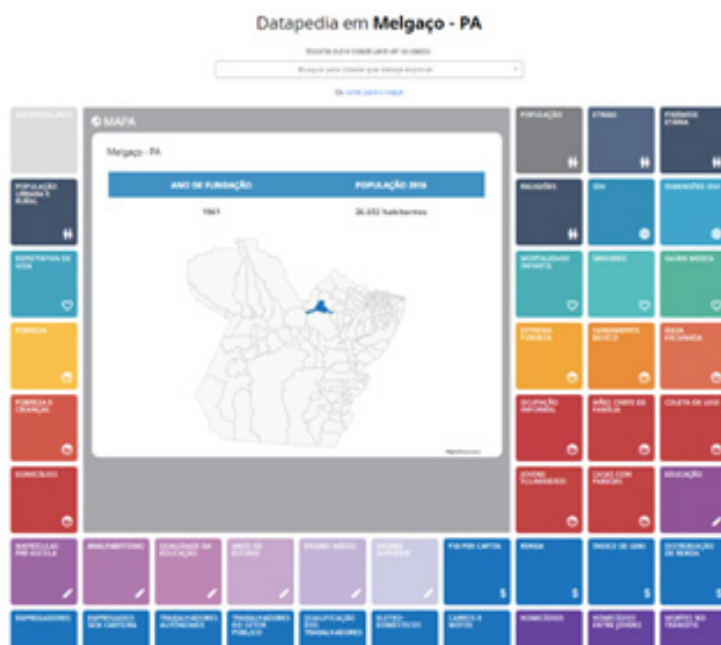
"A Wikipedia dos dados públicos" busca unificar, traduzir e disseminar dados públicos e oficiais sobre os municípios brasileiros para apoiar a tomada de decisões. O projeto reúne em uma plataforma de fácil visualização informações sociais dos 5.568 municípios brasileiros e dois distritos, agrupando um total de cerca de 10 bilhões de dados.

A previsão é de que sejam 50 bilhões até o final de 2017 e que estes possam ser usados para monitoramento dos ODS, município a município e quem sabe, região por região.

São dados de diversas áreas, como educação, trabalho e renda, violência, finanças públicas, saúde e infraestrutura e a equipe responsável pelo projeto vem fazendo parcerias com atores como prefeituras, ONGs e jornalistas, buscando subsidiar a produção de informações em busca do aprimoramento e efetivação de políticas públicas.

DESTAQUES:

- Plataforma online e de fácil utilização;
- Visualização de resultados;
- Conjunto de indicadores úteis ao monitoramento dos ODS.



datapedia.info



EXPERIÊNCIA ODS 11: IPS-RIO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL – Instituto Pereira Passos (IPP)

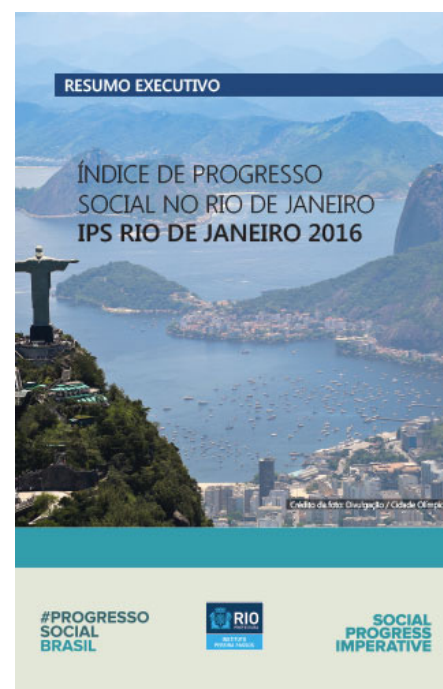
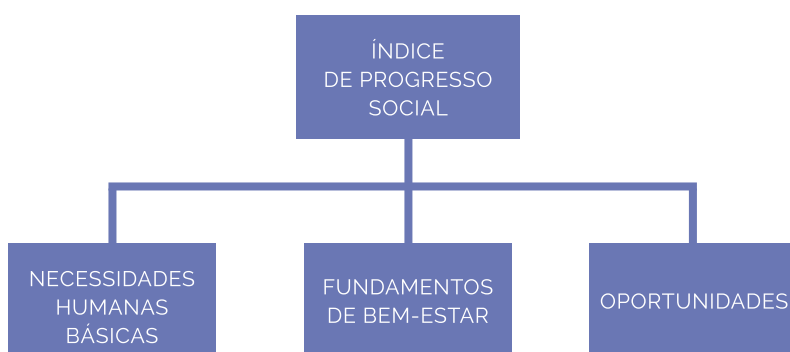
Um dos recentes projetos desenvolvidos pelo Instituto Pereira Passos (IPP), da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, junto com a Fundação Avina e a Social Progress Imperative, é o Índice de Progresso Social (IPS). O Índice apresenta grande potencial de articulação com os indicadores dos ODS (indo além do ODS 11) e busca complexificar a abordagem sobre condições de vida e desigualdades analisando diretamente dados sociais e ambientais de resultado, e não somente de desempenho, como os indicadores econômicos mais comuns.

O Índice se estrutura em três eixos: Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-Estar e Oportunidades, sintetizando um conjunto de 36 indicadores, que está disponível de maneira desagregada para trinta e duas Regiões Administrativas da cidade.

Os próximos passos envolvem a compatibilização de instrumentos de planejamento municipal (como o Plano Estratégico 2017-2020) com os indicadores do IPS, como forma de orientar e focalizar os investimentos públicos às diferentes regiões da cidade com base no desempenho destes indicadores. Os indicadores podem servir para subsidiar o monitoramento dos ODS nos municípios metropolitanos e apresentam dados alternativos (como registros administrativos) aos dados censitários – que estão sujeitos à periodicidade de coleta, do IBGE.

DESTAQUES:

- Conjunto de indicadores úteis ao monitoramento dos ODS;
- Utilização de registros administrativos (fontes alternativas de dados);
- Multidimensionalidade;
- Parceria intersetorial.



5

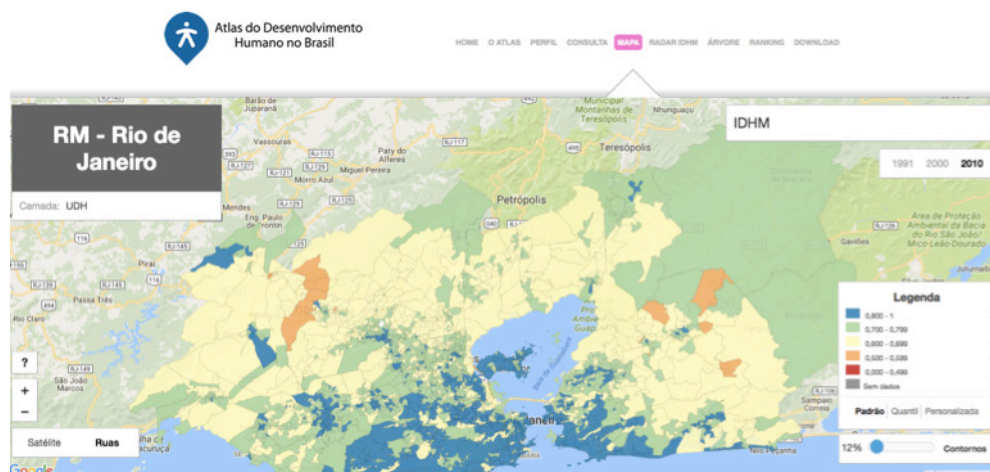
EXPERIÊNCIA RMs: ATLAS BRASIL - Atlas do Desenvolvimento Humano em Regiões Metropolitanas – IPEA/ PNUD/Fundação João Pinheiro

O projeto reúne informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros, das 27 Unidades da Federação e de 20 Regiões Metropolitanas, com dados disponíveis no nível intramunicipal nesta última unidade de análise. Para isso foram criadas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), que se assemelham a bairros, mas são formadas a partir da homogeneidade territorial e de dados (provenientes do Censo Demográfico do IBGE). O Atlas traz, além do IDHM, indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, e permite que sejam feitos mapas temáticos e comparações entre municípios, regiões metropolitanas, estados e UDH's (que são intramunicipais, nas regiões metropolitanas). Trata-se de uma poderosa ferramenta de planejamento e visualização de dados, limitada apenas pela base de dados do Censo, que só é atualizada a cada 10 anos – por isso os dados são referentes aos anos de 1990, 2000 e 2010.

Em um contexto global de combate às desigualdades sociais em nome de uma agenda de desenvolvimento sustentável, o Atlas representa um instrumento fundamental para o planejamento de ações por parte do Estado, uma vez que com a série histórica disponível, pode-se conhecer as tendências de evolução de indicadores a partir do território metropolitano. Trata-se de uma abordagem inovadora que deve se tornar cada vez mais uma tendência para se pensar o fenômeno urbano nas grandes cidades. Além disso, o Atlas possui uma interface bastante simples, que o transforma em uma base de dados muito útil para consultas escolares, acadêmicas e para jornalistas, por exemplo, uma vez que podem ser produzidos diversos mapas temáticos, nos quais as desigualdades metropolitanas são evidenciadas.

DESTAQUES:

- Desagregação de dados ao nível intramunicipal;
- Multidimensionalidade e indicadores sintéticos;
- Fácil utilização pelo usuário.



6

EXPERIÊNCIA RMs: CENSO DA MARÉ – Redes da Maré

O Projeto Censo Maré, realizado pela ONG Redes da Maré em parceria com outras dezenas de instituições locais é um projeto de desenvolvimento territorial localizado no Complexo da Maré, que compreende 13 favelas na zona norte do município do Rio de Janeiro. O projeto realizou uma ampla pesquisa socioeconômica junto aos mais de 130 mil moradores, buscando informações como origem geográfica (grande parte dos moradores são migrantes de outros estados brasileiros e de outros países), composição das famílias, níveis de escolaridade e renda, informações sobre condições de habitação da região, levantamento de doenças e taxas de mortalidade, práticas religiosas, culturais e de lazer.

A iniciativa buscou ainda identificar os serviços públicos e as atividades econômicas disponíveis à população, bem como as situações de violência nas comunidades e seus impactos nas famílias e organização social do território. Algumas destas informações estão disponíveis no Censo Demográfico do IBGE, porém sem o nível de detalhamento que o projeto possibilita. A partir deste levantamento, realizado com apoio do Observatório de Favelas, Petrobrás, Fundação Ford e colaboração técnica do Instituto Pereira Passos, da Prefeitura do Rio de Janeiro, espera-se elaborar subsídios à formulação, execução e avaliação de um Projeto Integrado de Desenvolvimento Local (PIDL), de acordo com as características locais.

De forma complementar, foi realizada uma cartografia da mesma região, tendo em vista a limitação do acesso a este tipo de informação sistematizada para as favelas da cidade. Este trabalho, que deu origem ao Guia de Ruas da Maré, também deve servir de subsídio ao poder público para que seja feito o reconhecimento dos logradouros e lhes sejam conferidos os Códigos de Endereçamento Postal (CEP), ampliando o acesso a serviços públicos e conferindo o mesmo estatuto jurídico das ruas na Maré ao restante das ruas da cidade. O projeto possibilita um outro olhar sobre as favelas, uma vez que as informações são recolhidas a partir do ponto de vista local, possibilitando ainda que os moradores envolvidos desenvolvessem uma maior apropriação territorial. Desta forma, o monitoramento de indicadores dos ODS podem também ser feitos de acordo com esta perspectiva local e a partir de dados censitários.

DESTAQUES:

- Fontes alternativas de dados;
- Parceria intersetorial;
- Território como metodologia do projeto;
- Engajamento comunitário.





EXPERIÊNCIA RMs: PNT METROPOLITANO - Indicador de Pessoas Próximas ao Transporte no Rio Metropolitano – ITDP e Casa Fluminense

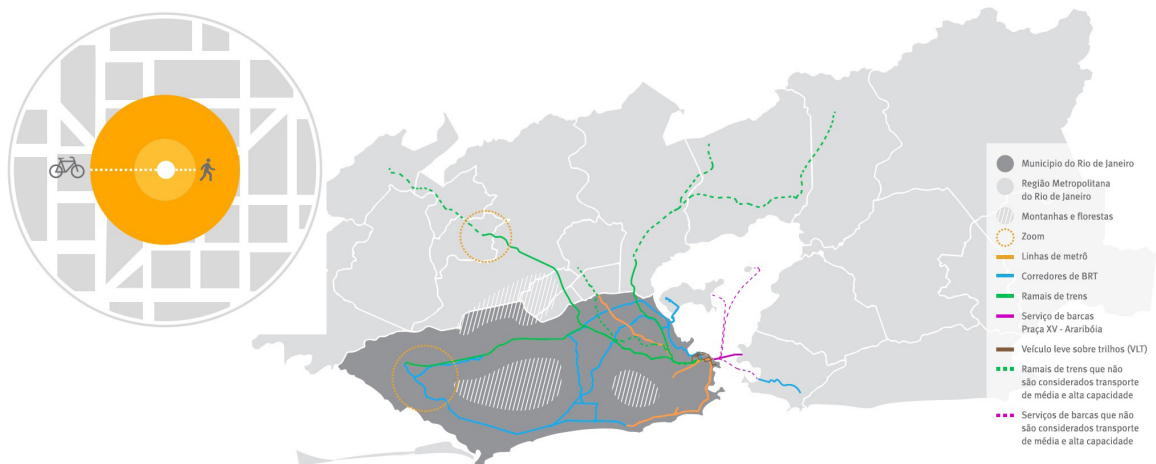
O Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP) do Brasil, filial nacional de uma ONG que trabalha para promover políticas de transporte sustentáveis em dezenas de países, criou o Índice de Pessoas Próximas ao Transporte (PNT) para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O PNT é um indicador que calcula a porcentagem de pessoas que vivem na área de 1 km (de raio) das estações de transporte de capacidade média ou alta, dividido pela população total da cidade ou município. O índice usa dados populacionais do Censo e os dados de infraestrutura de transporte prestados pelas agências de transporte municipal e metropolitano ou seus concessionários, para determinar a população metropolitana que vive no interior de um raio de 1 km de estações de trem, metrô e de corredores exclusivos de ônibus (Bus Rapid Transit – BRT) na região metropolitana do Rio (RMRJ).

O mapa do PNT é projetado para demonstrar quais as áreas da RMRJ têm mais potencial para receber investimentos em habitação, emprego e várias instalações públicas e privadas. Todos os dias, cerca de 68% das pessoas que trabalham e vivem em outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que não a capital, precisam se dirigir a ela, já que é no município do Rio de Janeiro que se concentram as oportunidades de emprego e renda.

O indicador é relevante para o ODS 11, em especial sua meta 11.2 que diz: até 2030, fornecer acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança rodoviária, notadamente através da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e dos idosos.

DESTAQUES:

- Indicador útil ao monitoramento do ODS 11 em escala metropolitana;
- Permite análise da meta por diferentes grupos sociais.





EXPERIÊNCIA RMs: PAINEL DE MONITORAMENTO – Instrumentos de gestão municipal no Rio de Janeiro metropolitano – Casa Fluminense

O propósito do Painel de Monitoramento dos instrumentos de gestão municipal é qualificar as políticas públicas elaboradas nos 21 municípios e na metrópole como um todo, de modo a torná-la menos desigual, mais democrática e mais sustentável. Os caminhos incentivados são os da transparência e da participação, por uma cultura de monitoramento e incidência no Rio inteiro. Nesta publicação, indicam-se as entregas de instrumentos de gestão feitas pelas prefeituras, até o término do último mandato. Sendo assim, estão contabilizados somente os processos concluídos até o fim do mandato anterior, de acordo com as fontes oficiais consultadas via Lei de Acesso à Informação. Planos que se encontram em elaboração, quando finalizados, constarão nas próximas edições do Painel, que pretende ser expandido e atualizado periodicamente.

É possível fazer um comparativo entre as entregas em termos de planejamento e gestão por parte das prefeituras e os indicadores socioeconômicos alcançados, figurados nos Mapas da Desigualdade, que já estão alinhados com os ODS. Outro ponto de tangência com a Agenda 2030 é o indicador em que a checagem é feita pela existência ou não de Planos Estratégicos nos municípios: dos 21 que compõem a RMRJ, apenas Niterói e Rio de Janeiro apresentam em suas leis orgânicas a obrigatoriedade de traçar metas para o mandato. Dos dois, apenas o Rio de Janeiro adequou a estratégia aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Esta é uma tarefa que deve ser cumprida pelas prefeituras e o tema foi bastante comentado durante o evento de lançamento do Painel, o Seminário de Cooperação Intermunicipal promovido pela Casa Fluminense, com o apoio da SDSN. O objetivo do evento foi estimular a cooperação intermunicipal oferecendo algumas boas práticas existentes no país em termos de consórcios públicos e alinhamento com os ODS.

DESTAQUES:

- Existência de Instrumentos de planejamento e gestão para os 21 municípios;
- Uso da Lei de Acesso à informação para obtenção de dados administrativos;
- Planos estratégicos, diretores, setoriais como potenciais de alinhamento com os ODS;
- Promoção da Cultura do Monitoramento através da transparência, controle e participação social.

PAINEL DE MONITORAMENTO: INSTRUMENTOS DE GESTÃO MUNICIPAL NO RIO METROPOLITANO							CASA FLUMINENSE	
INSTRUMENTOS DE GESTÃO	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (1)	PROGRAMA DE METAS (2)	PLANO DIRETOR (3)	PLANO DE MOBILIDADE (4)	PLANO DE SANEAMENTO (5)	PLANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (6)	CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS (7)	
MUNICÍPIO	solicitação via portal	existência / ano da lei	ano da última revisão	existência / ano de elaboração	existência / ano de elaboração	existência / ano de elaboração	município participante	
BELFORD ROXO	✓	X	2007	X	X	X	✓	
CACHOEIRAS DE MACACU	✓	X	2006	X	2013	X	X	
DUQUE DE CAXIAS	✓	X	2006	X	X	X	✓	
GUAPIMIRIM	X	X	2003	X	2013	X	X	
ITABORAÍ	✓	X	2006	X	2013	X	✓	
ITAGUAÍ	✓	X	2012	X	2015	X	✓	



EXPERIÊNCIA RMs: **BASE CARTOGRÁFICA E SIM-RIO SISTEMA DE INFORMAÇÕES METROPOLITANAS DA RMRJ – Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro**

A RMRJ contou recentemente com o desenvolvimento de uma base de dados cartográfica completa das áreas urbanas dos 21 municípios que compõem a região metropolitana. Os novos mapas têm sido amplamente distribuídos para as administrações municipais e órgãos de planejamento do Estado. Os novos mapas podem ser usados para monitorar a densidade e a expansão urbana, bem como acelerar a concessão de licenças para as concessionárias de serviços públicos, além de ajudar significativamente no processo de elaboração de planos diretores de municípios e na tomada de decisões sobre alocação de recursos territorializados. A base cartográfica também pode ser utilizada para monitorar ODS-chaves usando dados de proxy. Um exemplo, nas informações do banco de dados já estão disponíveis todas as estradas urbanizadas e não-urbanizadas da RMRJ. Neste caso, pode-se supor que as estradas não-urbanizadas podem servir como uma variável proxy para a ausência de sistemas de saneamento adequado ou acesso confiável da coleta de resíduos sólidos.

A experiência é relevante para ODS 11, meta 11.6: até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros, além da meta 11.a: apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.

Em paralelo à elaboração do Plano Diretor Metropolitano (Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDU), a Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro está desenvolvendo, na escala metropolitana, um banco de dados georreferenciados. Este sistema será usado pelos municípios metropolitanos e pela Câmara Metropolitana para monitorar os serviços públicos e indicadores na metrópole, apoiando o desenvolvimento e monitoramento de políticas públicas. As informações-chave para a governança metropolitana serão incluídas no banco de dados, como aquelas sobre mobilidade, infraestrutura, saneamento, áreas de risco, projetos de obras públicas, além dos planos diretores de cada município, de acordo com as funções públicas de interesse comum definidas pela legislação estadual. Além de desenvolver o banco de dados e a base cartográfica, o projeto também possui um componente de formação/treinamento, a ser disponibilizado aos técnicos das 21 prefeituras da RMRJ, para que possam maximizar o uso das ferramentas.

DESTAQUES:

- Base de dados metropolitana;
- Fomento direto ao planejamento de políticas e monitoramento dos ODS (e de políticas públicas em geral) em escala metropolitana;
- Utilização de registros administrativos (fontes alternativas de dados).

1

EXPERIÊNCIA ODS 11+RMs: MAP GEOBAHIA - MÓDULO DE AVALIAÇÃO PRELIMINAR (TREMARCTOS) - Conservação Internacional

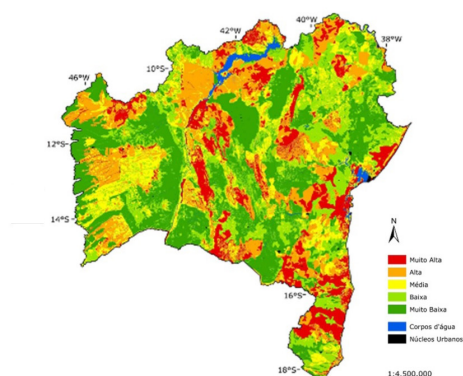
Conservação Internacional Brasil, ONG que atua em mais de 40 países na área da conservação e utilização sustentada da biodiversidade, desenvolveu uma ferramenta inovadora geo-espacial, chamada Tremarctos, que agrega camadas de informação social e ambiental a uma base cartográfica, criando conjuntos de dados socioambientais. A ferramenta tem sido utilizada para o realização de análises preliminares de viabilidade de novos empreendimentos tanto na Colômbia quanto no estado da Bahia.

A plataforma permite gerar relatórios de alerta antecipados sobre extensão e especificidade de impactos potenciais, facilitando eventuais medidas de mitigação e compensação. Servindo como referência a empresas e governos de diferentes esferas administrativas, desde 2012 o sistema Tremarctos é recomendado pelo Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia (MADS).

No Brasil, a CI desenvolveu recentemente com o Governo do Estado da Bahia o módulo de avaliação preliminar do sistema GeoBahia-MAP, que permite gerar orientações sobre o melhor traçado de linhas de transmissão de energia, localização para instalação de empreendimentos eólicos e de mineração, por exemplo. Para áreas metropolitanas, a ferramenta vem sendo pensada a partir do caso do Rio de Janeiro, onde poderia coletar dados espaciais para consulta, análise e simulação de cenários para a expansão urbana da RMRJ, por meio da utilização de informações da INDE e do Banco de Dados Metropolitano, contribuindo para o aprimoramento de decisões políticas e levando em conta os impactos que os projetos podem ter na região, de maneira integrada e focada no desenvolvimento sustentável.

DESTAQUES:

- Parceria intersetorial;
- Conjunto de indicadores úteis ao monitoramento dos ODS;
- Território como metodologia do projeto.





EXPERIÊNCIA ODS 11+RMs: IDHAES 2030 - INDICADORES DOS DIREITOS HUMANOS À ÁGUA E AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA AGENDA 2030 – Fiocruz/MG

A pesquisa visa desenvolver indicadores para avaliar e monitorar o cumprimento dos Direitos Humanos à Água e ao Saneamento Básico e o alcance das metas do ODS 6 (Meta 6.1 – Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável segura e acessível para todos e 6.2– Até 2030, conseguir o acesso ao esgotamento sanitário e à higiene adequada e equitativa para todos e extinguir a defecação a céu aberto, com especial atenção às necessidades das mulheres e meninas e grupos em situação de vulnerabilidade. O objetivo é construir indicadores e avaliar o cumprimento dos DHAES e das metas do ODS 6 nos 34 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os indicadores devem se orientar por diretrizes dos DHAES, como:

- Disponibilidade, acessibilidade física e financeira, qualidade e segurança, aceitabilidade, privacidade e dignidade;
- Refletir a conteúdos transversais a todos os direitos humanos, como igualdade, não-discriminação, participação e transparência;
- Ser desagregados por grupos populacionais vulneráveis;
- Permitir análise temporal (dois ou mais períodos de tempo);
- Pertencer a diferentes categorias, como estruturais (obrigações estatais de planejamento, como Planos de Saneamento), processuais e de resultados.

Atualmente estão sendo elaboradas "perguntas de interesse" e "indicadores-candidato", considerando as diversas fontes de dados envolvidas, como o Censo Demográfico, Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, DATASUS, entre outros.

Após esta etapa será realizada uma outra mais participativa, com rodas de consulta e grupos focais envolvendo agentes estatais (inclusive de gestão metropolitana), da sociedade civil e Universidades para validação ou adaptação dos indicadores propostos. Os resultados serão posteriormente debatidos, será estabelecido um grupo de monitoramento e a expectativa é de que sigam acompanhando o desempenho dos municípios até 2030.

DESTAQUES:

- Construção de indicadores com base em Direitos Humanos e de maneira participativa;
- Utilização de registros administrativos (fontes alternativas);
- Possível análise das metas por diferentes grupos sociais.

EXPERIÊNCIA ODS 11+RMs: MAPA DA DESIGUALDADE – Casa Fluminense

Em um esforço para visualizar os dados e as desigualdades na RMRJ tornar tornar a informação facilmente acessível aos moradores da região, a Casa Fluminense trabalha para agregar, analisar e disseminar dados públicos e indicadores sobre as realidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Informações sobre as condições de vida, tais como a provisão de infraestrutura e oferta de serviços públicos são organizadas e georreferenciadas, destacando os principais desafios da região metropolitana.

As informações são organizadas em mapas que comparam os indicadores entre os 21 municípios que compõem a região metropolitana. Os dados destacam as desigualdades regionais e utilizam 30 indicadores sobre oito temas-chave do desenvolvimento incluindo mobilidade urbana, mercado de trabalho, pobreza e renda, educação, segurança pública, cidadania, saúde, saneamento e sustentabilidade urbana. Todos eles estão associados a três ODS cada, ainda que a transversalidade possa ser com a Agenda 2030 inteira. Os dados são atualizados de acordo com as últimas publicações por fontes oficiais, incluindo o Censo Nacional, além de registros administrativos.

Um exemplo de Mapa da Desigualdade da Casa Fluminense, que mostra para os municípios da RMRJ, o percentual da população residente ocupada que trabalha na capital e volta para casa diariamente, segundo o Censo 2010. Estes mapas ajudam a visualizar o estado atual de desenvolvimento na região, para melhor direcionar recursos e influenciar a elaboração de políticas públicas mais eficazes.

DESTAQUES:

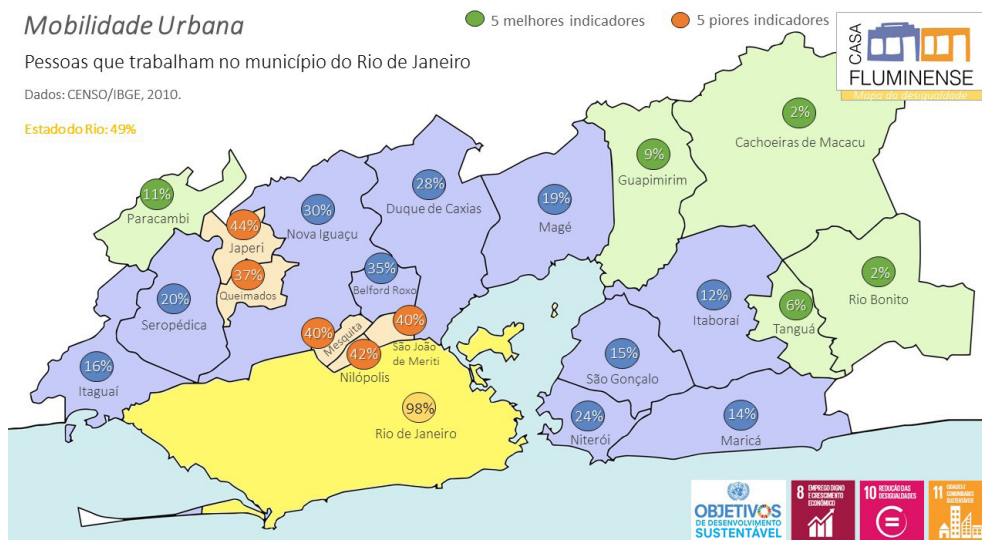
- Multidimensionalidade;
- Informação em escala metropolitana;
- Fácil visualização, leitura e apropriação;
- Utilização de registros administrativos (fontes alternativas);
- Alinhamento com a Agenda 2030.

Mobilidade Urbana

Pessoas que trabalham no município do Rio de Janeiro

Dados: CENSO/IBGE, 2010.

Estado do Rio: 49%



EXPERIÊNCIA ODS 11+RMs: CPI - ÍNDICE DE PROSPERIDADE DAS CIDADES ONU-Habitat

O Índice de Prosperidade das Cidades (CPI, sigla em inglês) é um indicador sintético criado pela ONU-Habitat para mensurar e comparar o desempenho de cidades ao redor do mundo com relação à distribuição de benefícios socioeconômicos e da busca pela prosperidade. Com ele, políticas públicas podem ser planejadas ou aprimoradas, tendo em vista a utilização de dados provenientes de diversas fontes.

Presente atualmente em mais de 4200 cidades do mundo, distribuídas em 46 países, o CPI reúne 32 indicadores (na versão básica) e apresenta um grande potencial para acompanhamento do ODS 11 nas cidades e regiões metropolitanas, por incorporar diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável e ser aplicável desde o nível local até o nível metropolitano, regional ou nacional.

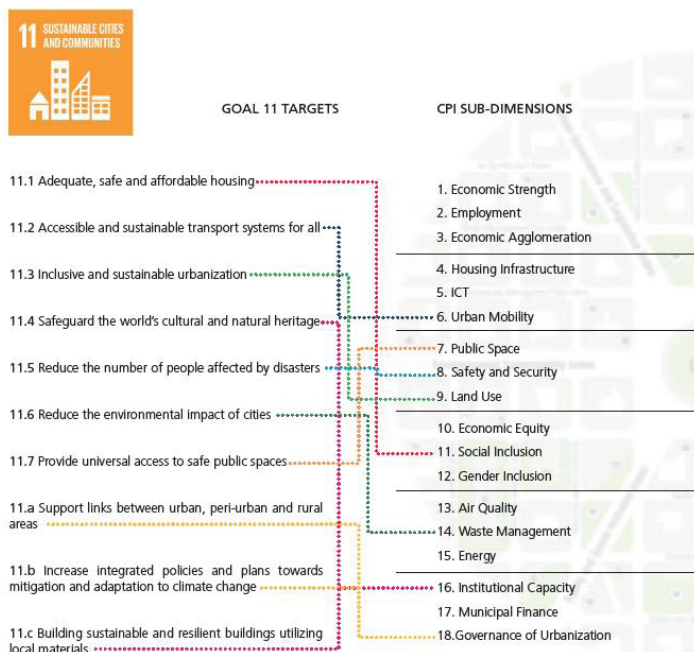
- produtividade;
- desenvolvimento da infraestrutura;
- qualidade de vida;
- equidade e inclusão social;
- sustentabilidade ambiental;
- governança urbana e legislação.

O índice é construído a partir de dados reunidos em seis categorias: Na Região Metropolitana de São Paulo, o Índice foi calculado a partir dos dados referentes aos 39 municípios metropolitanos (que somam mais de 21 milhões de habitantes) e sistematizados pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (EMPLASA), em parceria com a ONU-Habitat.

DESTAQUES:

- Conjunto de Indicadores úteis para monitoramento dos ODS;
- Multidimensionalidade.

GOAL 11 and The City Prosperity Initiative



14

EXPERIÊNCIA ODS 11+RMs: COCOZAP – Data_Labe e Casa Fluminense

Sobre a produção de dados de percepção, com destaque àqueles produzidos pela sociedade civil, a iniciativa do DATA LABE se alinha a um movimento de fortalecimento da produção e utilização de dados pelos cidadãos, como forma de engajamento e monitoramento da Agenda 2030. Iniciativas internacionais como o DATASHIFT, desenvolvido pela CIVICUS e pela Open Knowledge Foundation, têm promovido a discussão sobre como estabelecer canais de cooperação entre cidadãos, ONGs e outros com a finalidade de monitorar os ODS em um contexto no qual não se pode aguardar passivamente o fortalecimento das agências nacionais de estatísticas – responsáveis oficialmente pelo monitoramento da Agenda 2030. Neste sentido, iniciativas cidadãs apresentam maior capacidade de fazer o monitoramento a partir "de baixo" (bottom-up), com visão mais específica dos desafios vividos pelos segmentos mais invisibilizados pelas políticas públicas, como a população das favelas, negra, de mulheres ou de deficientes físicos.

Em um projeto conjunto com a Casa Fluminense, o DATA LABE foi vencedor do prêmio internacional Datashift, conferido pela CIVICUS a iniciativas que promovam a geração (e utilização) de dados por cidadãos como forma de influenciar e monitorar políticas públicas.

O prêmio é referente a um projeto de monitoramento na área de saneamento (COCOZAP), a ser realizado a partir de dados levantados diretamente por cidadãos por meio de aplicativos para celular, gerando uma plataforma digital e online de dados sobre as ofertas de serviços de água e esgoto, coleta e tratamento de lixo e drenagem. Tais informações contrapõem os dados oficiais (que geralmente apontam níveis elevados de cobertura de saneamento) aos dados gerados por aqueles que vivem o déficit de infraestrutura sanitária. Desta forma, o projeto pretende colaborar para o alcance dos ODS 6 e 11, referentes ao acesso ao saneamento e à sustentabilidade urbana.

Relevante para ODS 11, meta 11.3: até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

O DATA LABE se define como "um laboratório permanente de dados na favela", propondo que jovens de origem popular acessem, produzam e difundam informações, como forma de ampliar a leitura da realidade realizada pelos canais da mídia hegemônica. A proposta, surgida no ano de 2016, é "criar novas narrativas que permitam o desenvolvimento de comunidades plenas de direitos". Trata-se de uma iniciativa da ONG Observatório de Favelas, em parceria com Escola de Dados, Coding Rights e DATA BASE/Rio de Janeiro.

Em sua primeira fase desenvolveu 5 projetos:

- Monitoramento dos principais temas abordados por portais de notícias em comparação com o Twitter – como forma de mostrar a discrepância entre os temas mais comentados pelos usuários da rede social e aqueles temas tratados em dois dos grandes veículos de comunicação do Rio de Janeiro;
- Um mapa das escolas da região das favelas do Complexo da Maré e Complexo do Alemão, em relação ao número (e desempenho) dos jovens do ensino médio que prestam o Exame Nacional do Ensino Médio (que dá acesso a uma série de universidades públicas do país);
- Promoção da visibilidade a travestis e transexuais no Brasil, de maneira a mostrar que há poucas informações sobre esta população, seja em relação à empregabilidade ou mesmo às desigualdades e à discriminação de gênero de modo geral;
- Análise do perfil de “quem são as mulheres-mães que morrem no estado do Rio de Janeiro durante a gestação, o parto e o pós-parto”, mostrando que são aquelas que são jovens, negras e solteiras as mais vulneráveis, a partir de dados do Ministério da Saúde;
- Pesquisa sobre a utilização que as empresas de ônibus fazem, na cidade do Rio de Janeiro, dos dados reunidos em seu sistema de cobrança eletrônica (Bilhete Único), mostrando a falta de transparência que existe em relação não somente à cobrança das tarifas, bem como à falta de privacidade quanto aos dados dos cidadãos e das concessionárias do sistema de transporte público, que deveriam ser disponibilizados.

DESTAQUES:

- Produção de dados a partir de fontes alternativas;
- Promoção e disseminação do engajamento cidadão com a Agenda 2030;
- Geração de dados na perspectiva local das favelas para a construção da informação em escalas abrangentes que possibilitam análises mais amplas.



UM LABORATÓRIO DE DADOS E NARRATIVAS NA FAVELA



15

EXPERIÊNCIA ODS11+RMs: DATASHIFT - Civicus

A CIVICUS é uma aliança global de organizações da sociedade civil e ativistas dedicados ao fortalecimento da ação cidadã e da sociedade civil em mais de 160 países. O DataShift é uma iniciativa global e que envolve diversos tipos de organizações, aproveitando o potencial das novas tecnologias para promover uma responsabilidade social inovadora, comunitária e eficaz. Para isso, ajudam as organizações da sociedade civil a produzir e usar dados, especialmente os dados gerados pelos cidadãos (Citizen Generated Data), para influenciar diretamente a formulação e implementação de políticas públicas que lhes afetam. Em 2016 ocorreu o DataShift Community Challenge, aberto a iniciativas do mundo todo que usam dados gerados pelos cidadãos para implementar e monitorar os ODS. A ideia vencedora, enviada pela Casa Fluminense e Data Labe, propunha uma plataforma para coletar dados enviados por moradores da Favela da Maré sobre a realidade do saneamento na comunidade. Com esses dados, eles fariam um mapa colaborativo que seria também utilizado para propor ações para o poder público.

A "Ação para o Desenvolvimento Sustentável" (A4SD) é uma plataforma global que liga e apoia atividades da sociedade civil para promover o desenvolvimento sustentável em todos os níveis (local, nacional, regional e global). Esse apoio ocorre de três formas: é fornecido um espaço para compartilhar informações sobre a agenda de desenvolvimento sustentável em todos os países e entre os países, compartilhando recursos e estratégias para incidência política, monitoramento, mobilização e execução de programas pela sociedade civil. A segunda forma foca em corrigir o desequilíbrio de capacidade dentro da própria sociedade civil, especialmente entre organizações maiores e grupos locais. A terceira hospeda uma comunidade aberta de mais de 1.500 ativistas e organizações que colaboram para inovar a forma pela qual a sociedade civil se organiza e mobiliza em torno dessa agenda.

Em 2016, foram organizados ainda diálogos nacionais com o tema "Leave no one behind" (que ninguém fique para trás) em 30 países, incluindo o Brasil. A iniciativa, em parceria com Development Initiatives e Project Everyone, promove uma implementação inclusiva dos ODS e tem três objetivos principais: (1) Examinar e fornecer novos dados sobre quem está em risco de ser "deixado para trás"; (2) Envolver pessoas de todo o mundo, incluindo ativistas da sociedade civil, líderes mundiais e público em geral, através da criação de conteúdo atraente e contando as histórias daqueles que estão sendo "deixados para trás"; (3) Empoderar aqueles que estão em risco de serem "deixados para trás" para que eles possam falar por si mesmos.

DESTAQUES:

- Fortalecimento da sociedade civil para promoção da Agenda 2030;
- Fomento à busca por fontes alternativas de dados;
- Promoção e disseminação do engajamento cidadão com a Agenda 2030.



DATASHIFT

civicus.org



Capítulo III

INCIDÊNCIA

*Dos dados à ação:
Como aplicar a Agenda
2030 e a escala
metropolitana*



3.1 PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO DOS ODS

O planejamento em escala metropolitana no Brasil foi retomado recentemente, pelo menos de forma institucionalizada, depois de décadas de uma notável ausência de ações governamentais voltadas para esta escala. Desde 2015, vários estados vêm preparando seus Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), como Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro. Este processo vem ocorrendo em paralelo à implantação da Agenda 2030 e dos ODS.

No caso do Rio de Janeiro, a Câmara Metropolitana de Integração Governamental e o Consórcio Quanta/Lerner, responsável pela elaboração do Plano Metropolitano, estão buscando aproximar a sociedade civil, incluindo as universidades, para levantar contribuições a partir de suas perspectivas e acompanhar o PDUI, sendo uma ótima oportunidade para estabelecer uma estrutura de monitoramento confiável para os ODS.

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO



A Câmara Metropolitana e o Consórcio vêm sistematizando os resultados de um amplo processo de diagnóstico e de consultas públicas, que estão ajudando a definir prioridades e metas de desenvolvimento sustentável para a RMRJ, alinhando-os com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e seus indicadores associados. Este processo irá criar uma abordagem integrada para monitoramento dos ODS no chamado "Plano Metropolitano", que responde às necessidades identificadas e às prioridades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Trabalhar em um contexto metropolitano intensifica as complexidades para alcançar caminhos viáveis para o desenvolvimento sustentável. Desigualdades sociais e espaciais são especialmente evidentes nas metrópoles e grandes diferenças

na prestação de serviços básicos como saneamento e remoção de resíduos sólidos são comuns dentro de uma região. O planejamento de políticas voltadas às regiões metropolitanas em sentido integral também aumenta muito o número de agentes envolvidos, em quaisquer áreas, como uso do solo, transportes e saneamento, por exemplo, já que a urbanização vai além das fronteiras municipais.

Este processo demanda acordos sobre as prioridades e a alocação de recursos dentro da região. No entanto, apesar dos desafios inerentes também surgem grandes oportunidades para ter um impacto significativo e generalizado em busca de um desenvolvimento mais sustentável, especialmente em áreas de alta necessidade e que muitas vezes não são privilegiadas.

ROCINHA E SÃO CONRADO RIO DE JANEIRO



3.2 PASSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS EM REGIÕES METROPOLITANAS



Passo 1:

Sensibilizar setores da sociedade sobre a Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana

1

Passo 2:

Adotar linha de base com desafios e oportunidades

2

Passo 3:

Definir indicadores territorializados de monitoramento das metas

3

Passo 4:

Identificar planos e ações existentes e avaliar o seu alinhamento aos ODS e às RMs

4

Passo 5:

Formar parcerias-chave com a sociedade civil, universidades, empresas e governos

5

Passo 6:

Monitorar o desenvolvimento sustentável na escala metropolitana

6

PASSO 1. SENSIBILIZAÇÃO:

A sensibilização sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável -ODS- e sua relevância local e internacional é muitas vezes necessária antes que qualquer estratégia de implementação ser desenvolvida. É importante que todos os setores da sociedade (público, privado, academia e sociedade civil) estejam cientes do que são os Objetivos e qual o compromisso do país para alcançá-los. Isso pode ser feito usando uma variedade de ações, tais como campanhas, fóruns, workshops e reuniões multilaterais.

A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) criou um Grupo de Trabalho (GT) sobre a Agenda 2030 no ano de 2014, que reúne mais de 40 ONGs de diferentes enfoques e regiões do país. Este grupo promove reuniões, seminários e audiências públicas na Câmara dos Deputados, além de representar os interesses da sociedade civil nos diálogos com o governo. Esta pode ser considerada uma das primeiras iniciativas de mobilização da sociedade civil em torno da Agenda 2030 no nível nacional, uma vez que cada organização, além de alinhar as suas atividades com a agenda dos ODS, também está em diálogo com outras instituições em suas (diversas) áreas temáticas, contribuindo para a difusão horizontal dos ODS.

A constituição do grupo se deu a partir de oficinas temáticas organizadas no ano de 2013, em um processo de consulta nacional sobre o que deveria ser a Agenda 2030 que envolveu cerca de 80 organizações e movimentos da sociedade civil e apontou recomendações ao governo e à ONU para serem consideradas nas discussões no nível global. Este GT vem pautando a necessidade

do Estado brasileiro definir seus indicadores nacionais dos ODS a fim de que seja iniciado efetivamente o processo de monitoramento das suas políticas referentes. Uma das recentes conquistas desta mobilização foi a publicação do Decreto 8892/2016, que cria a Comissão Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Esta comissão era uma demanda da sociedade civil e será composta por representantes do governo e de representantes de diferentes segmentos sociais, de maneira equitativa, sendo metade de representantes do governo e metade da sociedade civil. Outra conquista do GT foi a entrega do Relatório Luz, experiência analisada adiante.

Outras redes da sociedade civil em torno dos ODS também estão se mobilizando com outras centenas de organizações de todo o Brasil, como o Movimento Nacional ODS Nós Podemos (MNODS). O movimento atua como uma articulação de diferentes tipos de entidades, movimentos sociais e voluntários, que se organizam por estado da federação e buscam apoiar o processo de implementação da Agenda 2030. Com uma história de atuação ligada aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que vem desde 2004, somam 36 núcleos regionais e 27 núcleos estaduais, com graus diversos de atuação e promovem anualmente o Prêmio ODS, para disseminar a Agenda e premiar articulações relacionadas à mesma.

Já a Rede ODS reúne instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, povos originários, povos e comunidades tradicionais e promove "diálogo intersetorial sobre processo de desenvolvimento pautado em direitos

humanos e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável". Ainda na perspectiva de rede de atores, há a Estratégia ODS, uma coalizão que reúne organizações representativas da sociedade civil, do setor privado, de governos locais e da academia com o propósito de ampliar e qualificar o debate a respeito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e de mobilizar, discutir e propor meios de implementação efetivos para essa agenda.

Parceiros como a Agenda Pública, a Abong, Avina, o Programa Cidades Sustentáveis, Instituto Ethos, Fundação Abrinq, Frente Nacional dos Prefeitos, FGV-EAESP e o GIFE - Grupo de Institutos Fundações e

Empresas, formam o time que vem se comprometendo em engajar e conscientizar atores-chave da sociedade a respeito de seu papel e dos esforços necessários para que o cumprimento da Agenda 2030 no país seja bem-sucedido.

Ainda na perspectiva deste capítulo, de promover o advocacy político e incidir no debate público, outra experiência em rede de atores tratada como recomendação ao final deste documento é a proposta do Observatório Metropolitano ODS ou MetrODS, que parte dos mesmos criadores deste Caderno, como forma de seguir pautando a Agenda 2030, territorializando-a através da escala metropolitana.

PASSO 2. DIAGNÓSTICO:

Adotar uma linha de base com os desafios de desenvolvimento atuais e as oportunidades é uma medida importante para definir metas e prioridades. Relatórios como o "SDG Index and Dashboards" (www.sdgindex.org), da SDSN, podem ajudar a fornecer uma visão geral inicial do desempenho de um país em comparação com outros países no nível regional e internacional. A partir destas avaliações e da identificação dos desafios ao desenvolvimento, uma linha de base mais detalhada deve ser adotada, correspondendo ao contexto metropolitano específico.

No Brasil, o "Relatório Brasileiro para Habitat III" sistematiza uma série de demandas ao

desenvolvimento da sociedade brasileira, que foram aprovadas pelo Conselho Nacional das Cidades e relatadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O documento resume os desafios e prioridades nacionais para a Nova Agenda Urbana, a partir de discussões em oficinas preparatórias com a sociedade civil e de uma plataforma virtual para participação da população ampliada. Embora o documento não seja diretamente alinhado com os ODS (já que foi desenvolvido antes da definição e adoção dos objetivos e metas), serve como um bom ponto de partida e linha de base para compreensão dos desafios de desenvolvimento em curso e das prioridades no Brasil.

PASSO 3. INDICADORES:

Poucas regiões metropolitanas terão recursos suficientes (se é que alguma os terá) para enfrentar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas. A partir de uma linha de base, as prioridades podem ser definidas por meio de consultas públicas ou workshops, usando ferramentas como a "Metodologia de Avaliação de Capacidades" da GlZ e exercícios de visão de futuro, que ajudam a identificar metas desejadas para uma região. Indicadores nacionais oficiais, uma vez adotados, devem ser utilizados e adaptados ao contexto e às prioridades da região metropolitana.

A RMRJ vem preparando, por meio de seu Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), propostas e metas para o futuro da região a partir de um processo participativo que tem reunido diferentes

setores da sociedade. A priorização das propostas será então feita por um Conselho Consultivo de representantes da sociedade civil específico para o Plano. Assim que a priorização das propostas estiver feita e as metas escolhidas, estas serão alinhadas aos ODS correspondentes e à sua estrutura de monitoramento. Este processo irá contribuir para a definição de indicadores sob a qual a implementação do PDUI será avaliado, ao mesmo tempo em que tais indicadores serão usados para monitorar o futuro das políticas públicas metropolitanas, através da adaptação dos indicadores nacionais dos ODS, e, se necessário, da criação de indicadores adicionais.

No momento atual de elaboração do PDUI já há uma visão de futuro para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro:

“

“Construir uma metrópole com acesso universal de todos ao todo. Uma metrópole com foco no combate às desigualdades, que integre as pessoas ao patrimônio natural e construído, que seja de fácil acesso e eficiente, com serviços urbanos universalizados, equilibrada em sua estruturação, inteligente em seu desenvolvimento e, acima de tudo, sustentável.”

”

(CONSÓRCIO QUANTA/LERNER, 2016)

Esta visão está alinhada a 21 "Objetivos Metropolitanos", que servirão como elementos norteadores para cenários e propostas a serem elaboradas para o PDUI, a seguir.



OBJETIVOS METROPOLITANOS – RMRJ

- OM-1.** Dar densidade à base econômica e reduzir a dependência de um setor específico;
- OM-2.** Gerar emprego e atividades econômicas de forma a equilibrar espacialmente a metrópole;
- OM-3.** Desenvolver competências e relações que propiciem bases inovadoras de produção;
- OM-4.** Aumentar a capacidade dos municípios para implementação de uma política habitacional integrada;
- OM-5.** Criação de novas modalidades de intervenções habitacionais no território;
- OM-6.** Novas fontes de recurso para os programas habitacionais;
- OM-7.** Reduzir a estrutura radial dos deslocamentos metropolitanos;
- OM-8.** Otimizar os recursos em mobilidade;
- OM-9.** Reorientar o uso do transporte individual motorizado;
- OM-10.** Melhorar a qualidade dos deslocamentos;
- OM-11.** Estar em conformidade com a lei de saneamento de 2007, criar condições para um saneamento ambiental amplo e a integração de ambiente natural e construído, com foco na revitalização e valorização deste último para suporte e uma melhor qualidade de vida nas cidades;
- OM-12.** Apresentar resiliência e sustentabilidade ambiental;
- OM-12.** Apresentar resiliência e sustentabilidade ambiental;
- OM-13.** Garantir a integridade dos bens do patrimônio natural e cultural da RMRJ;
- OM-14.** Conciliar as dinâmicas pertinentes ao pleno desenvolvimento metropolitano às condições de preservação e valorização do patrimônio natural e cultural;
- OM-15.** Promover a apropriação dos bens do patrimônio natural e cultural pela população da RM;
- OM-16.** Desenvolver rede colaborativa entre os municípios da RMRJ;
- OM-17.** Melhorar a autonomia (fiscal e de gestão) de cada município da RM;
- OM-18.** Garantir mais qualidade de vida para o cidadão metropolitano;
- OM-19.** Incluir a sociedade civil organizada no processo decisório de desenvolvimento metropolitano (incluindo a formulação, implementação e monitoramento);
- OM-20.** Garantir o acompanhamento do cidadão no processo de avaliações e acompanhamento do PDUI;
- OM-21.** Garantir espaços de participação (presencial e web) e manter;

PASSO 4. ALINHAMENTO:

Os planos existentes e os planos que estejam em desenvolvimento, tais como os planos diretores municipais, planos setoriais e os planos metropolitanos integrados devem ser analisados a partir de seu alinhamento com o(s) respectivo(s) ODS e seus indicadores. Este processo serve para integrar os ODS nos processos de planejamento, e também pode servir como um impulso para definir metas mais desejáveis para a região.

Além da perspectiva de alinhamento com os planos integrados metropolitanos (PDUIs) em cada região metropolitana, outras ações para compatibilizar planos já

existentes (e futuros) com os ODS estão ocorrendo. No nível estadual, os Planos Plurianuais (PPA's), que definem a agenda e ações dos governos estaduais (2016-2019) para um período de quatro anos, estão sendo alinhados com os ODS nos estados de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo. Em São Paulo, o trabalho está sendo coordenado pela Casa Civil do Governo do Estado e em Minas Gerais, pela Secretaria de Estado de Planejamento de Minas Gerais. O plano estratégico do município do Rio de Janeiro também está sendo alinhado aos ODS, em um esforço liderado pelo Instituto Pereira Passos, agência de pesquisa e planejamento municipal.

PASSO 5. PARCERIAS:

Formar parcerias para atingir os ODS é especialmente importante na escala metropolitana, onde há um extenso número de agentes envolvidos em ações regionais e de tomada de decisões. O setor público deve formar parcerias com universidades, organizações não-governamentais e estabelecer canais de diálogo com o setor privado, a fim de garantir a transparência e o envolvimento de uma ampla gama de interessados, bem como os recursos para a implementação. A Agenda 2030 oferece uma oportunidade única para promoção de parcerias intersetoriais e diálogos em torno de uma agenda de desenvolvimento comum.

No Brasil, a formação de parcerias intersetoriais foi um dos principais componentes que contribuíram para o sucesso dos ODM no país. Esforços para construir novas parcerias para os ODS são notáveis. Várias redes foram formadas, como a Rede ODS Brasil, o Movimento ODS Nós Podemos, a Estratégia ODS, além do Grupo de Trabalho sobre a Agenda 2030 da ABONG. As três primeiras redes citadas têm reunido diferentes setores da sociedade com o objetivo de formar parcerias para alcançar os ODS. O Grupo de Trabalho para a Agenda 2030 da ABONG agrega e reforça o engajamento da sociedade civil na Agenda 2030. Esses grupos desempenham um papel importante ao pressionar os governos locais a adotar compromissos para alcançar o ODS.

PASSO 6. MONITORAMENTO:

Monitorar é um passo crucial na concepção de qualquer estratégia para a implementação dos ODS. Devem ser tomadas medidas para analisar os dados existentes que poderão ser utilizados no monitoramento, e identificadas as lacunas quando não haja disponibilidade de informação sobre os indicadores acordados como acompanhamento dos ODS prioritários. Os indicadores poderão ser adaptados com base na disponibilidade local de dados. A sociedade civil desempenha um papel central no monitoramento e pode ajudar a pressionar os governos locais a tomar medidas no sentido de atingir os ODS. A importância do monitoramento, bem como de potenciais fontes de dados alternativos serão discutidos em detalhes nas próximas seções.

Embora o Brasil ainda não tenha definido seu conjunto oficial de indicadores nacionais para monitorar os ODS, diversas iniciativas importantes de desenvolvimento desse

conjunto contextualizado de indicadores locais dos ODS têm ocorrido no país. Especialistas têm se reunido para ajudar a definir o quadro de monitoramento, incluindo organizações internacionais, como o PNUD, que publicou o relatório "Acompanhando a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Esta publicação, desenvolvida em conjunto com outras agências da ONU no Brasil, oferece orientação e ideias para dados oficiais e fontes de informação que podem ser usados para monitorar os ODS no país. Outras iniciativas específicas, como o grupo de trabalho sobre indicadores, no âmbito da rede SDSN Brasil (constituído por representantes do setor público, organizações internacionais e organizações da sociedade civil) está discutindo como os quadros de monitoramento nacionais e internacionais podem ser modificados para refletir as realidades do nível local no Rio de Janeiro.

3.3 COOPERAÇÃO METROPOLITANA

Diversas questões abordadas pelos ODS são desafios que vão além das capacidades de gestão dos municípios, mesmo naquele ODS específico das cidades, o ODS 11. Temas como mobilidade, resiliência, patrimônio natural, áreas periurbanas e planejamento integrado somente podem ser equacionados quando tratados de uma perspectiva mais ampla, que abarque o conjunto da "cidade metropolitana".

Apesar do Brasil possuir mais de 70 regiões metropolitanas instituídas, destas, apenas 12 são consideradas metrópoles, de acordo

com a pesquisa Região de Influência das Cidades (REGIC, 2007), do IBGE. Isto se dá pela ausência de uma regulamentação mais criteriosa do que são, de fato, regiões metropolitanas no texto da Constituição Federal de 1988. Com isto, os governos estaduais tiveram a liberdade de instituir regiões metropolitanas sem qualquer critério, muitas vezes, com base apenas no interesse em recursos federais que estavam dedicados às áreas metropolitanas.

O "fato metropolitano", representado por fortes ligações entre os municípios de uma

área metropolitana (em diversos temas, desde migração pendular até fornecimento de alimentos, área de mananciais, entre outras formas de relação), muitas vezes não existia, ou as relações entre os municípios eram apenas incipientes, o que não era suficiente para que os diferentes municípios envolvidos pudessem promover acordos de governança em questões que lhe eram comuns. Além disso, esta legislação possibilitou uma série de conflitos interfederativos, uma vez que os governos estaduais exerciam sua autoridade e criavam regiões metropolitanas sem que os próprios prefeitos, muitas vezes fossem consultados, o que gerava reações de rejeição por parte das administrações locais a esta institucionalidade forçada. Assim, tratar de gestão e governança metropolitanas, é tratar de conflitos interfederativos e busca por acordos políticos que promovam a cooperação. O Estatuto da Metrópole avança no sentido de retomar o planejamento em escala metropolitana e obriga governos estaduais a criarem autarquias que promovam esta articulação intermunicipal, com compartilhamento das decisões de política metropolitana entre os entes federativos envolvidos (municípios e estados).

Diversas experiências de consórcios intermunicipais mostram-se um importante caminho para a promoção do desenvolvimento sustentável, tanto por meio de consórcios temáticos como em iniciativas mais amplas, que criam uma espécie de “guarda-chuva” sob o qual diversas políticas públicas são desenvolvidas. Um dos casos mais conhecidos é o do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC¹, localizado na Região Metropolitana de São Paulo, e que é reconhecido como uma das experiências mais exitosas do país neste sentido. Os consórcios públicos são a principal forma de acordo intergovernamental, seja no nível horizontal (entre municípios) ou vertical (entre municípios e estado e/ou com a União), e vêm funcionando como forma de arranjo político para diversas áreas de política pública, a exemplo dos consórcios intermunicipais de resíduos sólidos, de saúde ou de gestão de bacias hidrográficas. Este último, serve como ilustração do tema do desenvolvimento sustentável e sua relação com a cooperação intergovernamental, uma vez que encontra-se diretamente ligado à gestão dos recursos hídricos – em um contexto de recém-saída da crise de abastecimento de água de maior proporção da história do país.

1 <http://www.consorcioabc.sp.gov.br/>

3.4 METODOLOGIAS DE MONITORAMENTO APLICADAS ÀS CIDADES METROPOLITANAS SUSTENTÁVEIS

Além de criar uma linha de base, de informar a sociedade sobre os principais desafios e de possibilitar a definição de prioridades comuns direcionando recursos e influenciando decisões políticas os dados também podem servir como um importante catalisador para a cooperação intermunicipal dentro das regiões metropolitanas.

A natureza intersetorial e intergovernamental dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável fornece a base para uma estratégia de desenvolvimento sustentável integrado que requer diálogo e ações coordenadas entre os diferentes setores, especialmente ao abordar questões urbanas complexas. Isso vai exigir dos municípios que trabalhem em conjunto, especialmente em questões-chave, como saneamento e habitação.

Quando os dados são analisados na escala metropolitana, os desafios do desenvolvimento de uma região são apresentados em conjunto e, conseqüentemente, os recursos, que são muitas vezes limitados, podem ser direcionados para áreas de maior necessidade e/ou maior impacto.

Os dados sobre os custos do serviço também podem ajudar a incentivar a partilha de serviços entre municípios, melhorando os níveis de oferta, identificando áreas em que a região pode se beneficiar de economias de escala. No caso do desenvolvimento de uma base de dados cartográfica robusta

para a RMRJ, a nova visão territorial tem estimulado o diálogo intermunicipal, já que os municípios têm uma visão mais clara do que acontece não somente no seu território, mas também no município vizinho. A Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro também antecipa que o banco de dados metropolitano que está sendo desenvolvido na região irá incentivar o desenvolvimento de projetos e consórcios entre municípios.

Municípios pertencentes a uma mesma área metropolitana partilham desafios comuns e oportunidades e as ações que são tomadas em um município podem afetar significativamente o resto da região. O desenvolvimento de bases de dados metropolitanos ajuda a informar o planejamento territorial eficiente, onde os desafios não são mais vistos como apenas municipais, mas sim coletivamente, em uma escala regional. Esta nova visão traz grandes possibilidades de conduzir a uma cultura metropolitana que trabalha em cooperação em vez da competição. Municípios muitas vezes não têm a capacidade de lidar com os (grandes) desafios por conta própria, de modo que para que haja a promoção do desenvolvimento sustentável, será necessário olhar para modos de formação de parcerias e desenvolvimento de políticas e programas abrangentes no nível regional, como consórcios, acordos, convênios e ações em escala metropolitana coordenadas de maneira horizontal.

PRIORIDADES

A definição de prioridades metropolitanas é uma das etapas do processo de implementação da Agenda 2030 (pág. 55) e o processo de elaboração do PDUI no Rio de Janeiro já apontou alguns dos "objetivos metropolitanos" para diversas áreas temáticas, mas que ainda devem ser refinados para estabelecerem o foco das ações metropolitanas e do governo do estado para a metrópole (conferir box pág. 55), a partir dos compromissos e Objetivos da Agenda 2030.

3.5 INCIDÊNCIA NO DEBATE PÚBLICO E NO PLANEJAMENTO URBANO DOS GOVERNOS

Desde a aprovação do Estatuto da Metrópole, todas as regiões metropolitanas brasileiras devem elaborar seus Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Para que a gestão e a governança destas áreas siga a mesma orientação e promova a integração dos municípios nelas reunidos, a construção de um banco de dados metropolitano tem sido uma diretriz comum nos processos de elaboração dos PDUIs, como no caso do Rio de Janeiro (RMRJ) e de Salvador (RMS). Em ambas, a proposta é que neste banco sejam reunidas as informações já produzidas por agências oficiais, como o IBGE, por exemplo, além daquelas provenientes de registros administrativos, que são uma fonte importante de dados.

Os registros são continuamente produzidos por diversos órgãos do Estado e por prestadoras de serviços públicos, como nos casos do saneamento básico, água, luz e concessionárias de rodovias, por exemplo.

A integração de diferentes bases de dados pode contribuir para que, inclusive, a forma de coleta dos dados seja aprimorada, reduzindo a informação redundante e buscando completar as lacunas existentes. A retomada do planejamento em escala metropolitana no Brasil representa uma oportunidade para promover uma visão mais integrada do planejamento e reduzir o caráter altamente setorial das práticas atuais, que reduz sua eficiência e efetividade.

Exemplos como São Paulo, que, por meio de sua agência estadual de estatísticas (Fundação SEADE) vem compilando um conjunto de mais de 400 bases de dados, provenientes de 25 secretarias e órgãos do Estado, a fim de gerar uma base única e aberta a todos os interessados (com diferentes níveis de sigilo, quando necessário). A implementação da agenda do desenvolvimento sustentável e da Nova Agenda Urbana passam pela integração

de dados e dos diferentes setores da sociedade, como sociedade civil e Estado.

As universidades também possuem um papel de destaque neste ponto, principalmente quanto às discussões referentes a indicadores e às propostas de intervenção públicas que contemplem as metas dos ODS. É fato que, tradicionalmente, no Brasil, as universidades (e outras organizações da sociedade civil) possuem pouco espaço de trocas efetivas com o Estado, fazendo, muitas vezes, um acompanhamento a posteriori das ações públicas. Seja por falta de interesse (de ambos os lados), seja por uma dificuldade estrutural das universidades em se ver também como organizações da sociedade civil que podem e devem exercer seu papel cidadão.

Como visto, os ODS vêm sendo trabalhados de diferentes formas com participação intensa das universidades, como nas experiências da SDSN ao redor do mundo e com o ODS 11 no Brasil. Durante a confecção da presente pesquisa, a rede SDSN apoiou a organização e produção do encontro de secretários e técnicos das municipalidades, promovido pela Casa Fluminense no Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB.

Outras experiências de incidência no debate e na administração pela narrativa da Agenda 2030 e a política metropolitana seguem à frente, nos boxes **AZUIS** quando não seguem ainda a territorialização

metropolitana. Os exemplos em **LARANJA** a seguir apresentam um conjunto de iniciativas que promovem análises na escala metropolitana e reafirmam o papel fundamental de abordagens com uso de dados para a cooperação intermunicipal e o monitoramento de políticas públicas nestes recortes, envolvendo diferentes níveis de governo, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.

Em **VERDE** estão experiências que constroem narrativas e instrumentos para promover incidência política nos debates e nas administrações públicas. A busca pelo fortalecimento da ação pública na perspectiva da construção de cidades metropolitanas sustentáveis, está sendo materializada, por exemplo, pelos casos dos estados de Minas Gerais e São Paulo, que vêm realizando ações que promovem o alinhamento entre a política de planejamento e desenvolvimento sustentável dos estados com a Agenda 2030 da ONU. São exemplos a adequação dos seus Planos de Metas, Planos Plurianuais (PPAs) e Leis Orçamentárias aos ODS. Outras experiências que ligam ODS 11 às regiões metropolitanas se revelam nas prefeituras, academia e sociedade civil. São elas atividades de advocacy nas instâncias municipais e no debate público através da mídia ou diretamente em ações públicas. Todas cumprem os 6 passos propostos no Caderno, desde ajudar na sensibilização até monitorar o progresso dos ODS no território metropolitano.

16

EXPERIÊNCIA ODS11: RELATÓRIO LUZ – Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSCA2030)

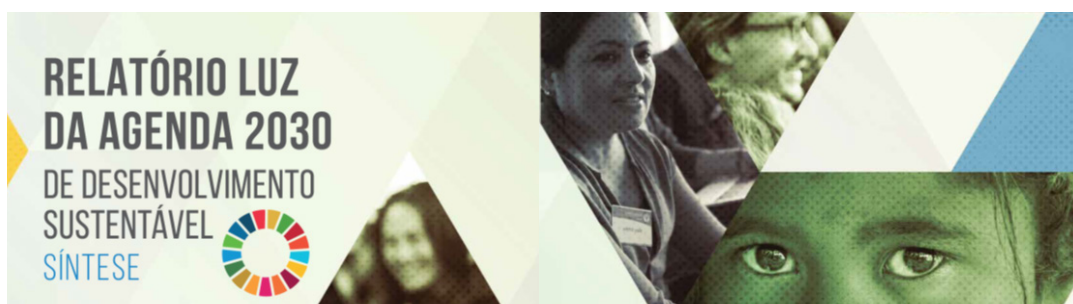
Como parte do processo de mobilização em torno dos ODS, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSCA2030), que reúne cerca de 40 organizações brasileiras em prol dos ODS, publicou no mês de julho de 2017 o Relatório Luz da Sociedade Civil sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O relatório apresenta, a partir de dados e estatísticas oficiais, uma avaliação do andamento de 7 dos 17 ODS no Brasil, com vistas à discussão no High Level Political Forum (realizado no mês de julho de 2017 na sede da ONU em Nova Iorque), além de complementar de forma crítica o relatório oficial do Governo Federal do Brasil, que foi considerado insuficiente por este coletivo diante dos retrocessos em matéria de direitos sociais e civis vividos no período recente no país. Como exemplo, dentre as principais mensagens veiculadas pela imprensa extraídas do relatório luz está a previsão de retorno do país ao mapa da fome da ONU, em virtude dos desmandos do governo brasileiro para com as políticas sociais.

Simultaneamente com as cidades de Recife e São Paulo, o evento de lançamento do documento no Rio de Janeiro foi realizado na Casa Fluminense, no dia 10 de julho de 2017, e contou com a parceria de Action Aid Brasil, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Rede Brasileira de População e Desenvolvimento (REBRAPD) e Instituto Igarapé. Como salientado no início do capítulo 3, o GT é composto por uma série de parceiros. A Gestos, o IDS, a Artigo 19 e a Impakktus coordenaram a elaboração do Relatório Luz e diversas organizações signatárias têm suas iniciativas presentes no Caderno de Experiências e são parceiras na proposta do Observatório Metropolitano ODS (MetrODS), tratado como recomendação nesta publicação, já que se vale das contribuições destas entidades e do tipo de movimento em rede, incentivado por elas.

Também fazem parte do GTSCA2030 a Abrinq e a Visão Mundial, duas organizações representantes da sociedade civil na Comissão Nacional dos ODS. Além desta frente, o Grupo como um todo participa ativamente da Frente Parlamentar para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, influenciando inclusive sua instalação e manutenção.

DESTAQUES:

- Produção de informação pela e para a sociedade civil, com advocacy no Governo Federal, Itamaraty e Câmara dos deputados;
- Mobilização cidadã pela Agenda 2030, com abrangência nacional e ampla inserção na mídia;
- Alternativas (aos relatórios oficiais) de monitoramento das metas, com especialistas de diversos temas/ODS.





EXPERIÊNCIA ODS11: VIRADA SUSTENTÁVEL – Movimento pela sustentabilidade

A Virada Sustentável é um movimento de mobilização colaborativa em prol da sustentabilidade e organiza o maior festival do tema do Brasil. Começou em São Paulo e já realizou outros festivais em Manaus, Valinhos e Porto Alegre. A primeira edição da Virada Sustentável no Rio de Janeiro aconteceu entre os dias 9 e 11 de junho de 2017 e teve a Casa Fluminense como um dos parceiros estratégicos.

Os dias de debate, atividades lúdicas e ações públicas envolveram articulação e participação direta de organizações da sociedade civil, órgãos públicos, coletivos de cultura, movimentos sociais, equipamentos culturais, empresas, escolas e universidades, entre outros; com o objetivo de apresentar uma visão positiva e inspiradora sobre a sustentabilidade e seus diferentes temas para a população. A concepção da Virada Sustentável Rio 2017 é baseada nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU, que são também os princípios que regem os projetos realizados pelo grupo.

A Casa Fluminense ajudou na curadoria do evento e realizou a nona edição do Fórum Rio, maior encontro da rede, dentro da Virada Sustentável Rio, no município de São João de Meriti, Baixada Fluminense. Além disso, seus coordenadores participaram dos debates de abertura da Virada: Painel "Mobilidade Urbana", no Museu de Arte do Rio, no centro da capital e Painel "Igualdade Social", no Favela Hub, no morro do Pavão-Pavãozinho/Cantagalo (PPG), em Copacabana.

DESTAQUES:

- Difundir e ampliar a informação sobre sustentabilidade na sociedade, utilizando a arte e atividades lúdicas como principais ferramentas, inspirando as pessoas a enxergarem na sustentabilidade um valor coletivo;
- Horizontalidade: estímulo à participação coletiva inclusive na criação de conteúdo e definição das ações/transversalidade;
- Apartidária e independente de grupos políticos, religiosos ou interesses econômicos.



viradasustentavel.org.br

EXPERIÊNCIA ODS11: ODSlab – Agenda Pública

O ODSlab é uma iniciativa da Agenda Pública e da rede Estratégia ODS para concretizar a cooperação intersetorial e facilitar a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A partir de problemas públicos complexos (estudos de caso), são criados arranjos multiatores, com lideranças e representantes dos diferentes setores da sociedade para desenhar alternativas e parcerias para sua resolução, a partir de situações reais.

Alguns dos pilares do ODSlab:

Modelo de governança, Ações Concretas, Colaboração e Inovação.

Casos analisados no primeiro ODSlab, realizado em São Paulo, nos dias 9 e 10 de fevereiro de 2017:

- Transparência em Manaus (AM);
- Mobilidade em Piracicaba (SP);
- Saneamento em Macapá (AP).

Um dos objetivos da construção desse espaço multiatores é a identificação de Ações de Impacto Rápido, com baixa complexidade, resultados em curto prazo, fácil implementação e recursos disponíveis. Estas ações são necessárias para que haja engajamento, motivação e confiança para investimentos em políticas mais duradouras.

DESTAQUES:

- Voltado à incidência sobre políticas públicas;
- Estímulo à formação de parcerias intersetoriais.



agendapublica.org.br





EXPERIÊNCIA ODS11: COWORKING PARA OS ODS - Impact Hub SP

O ImpactHub de São Paulo surgiu em 2007 como uma iniciativa para reunir diferentes agentes e projetos em um ecossistema único, uma comunidade voltada à promoção de impactos sociais positivos. Com uma rede que conecta diversos atores e que fomenta um ecossistema de colaboração, empreendedorismo, inovação e impacto, está presente em mais de 102 cidades no mundo desenvolvendo espaços, bem como programas e projetos com parceiros no mundo todo. Por ser um ambiente voltado ao empreendedorismo e que abriga dezenas ou centenas de empreendedores, trata-se de um ambiente ideal para disseminar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, criando uma conscientização de baixo para cima, a partir de uma cultura da sustentabilidade.

O Impact Hub possui em sua essência a atuação transversal, em parceria e alinhada a todas as agendas, que tenham como premissa o desenvolvimento sustentável, com o progresso de iniciativas que promovam impacto positivo. A atuação se dá por três premissas de trabalho: • Fazer em parceria: construir redes que possam atualizar com o impacto coletivo sistêmico, sendo o Impact Hub um catalisador na construção dessas relações de parcerias em prol dos ODS; • Descentralizar ações: orientar-se efetivamente para ações locais e regionais, de forma a tornar possível, acessível e tangível o desenvolvimento da Agenda 2030. Dessa forma, tem uma forte atuação nas periferias com a temática ODS, onde desenvolve o conceito da Agenda e a conexão local – global, desde o público jovem até com o público adulto, ao atuar com diretores e professores da rede pública de ensino de São Paulo; • Por fim, orientar-se às tendências atuais: ter uma atuação vanguardista de forma a acompanhar as tendências e orientações a nível global e nacional, e apoiar no desenvolvimento da Agenda 2030, para trazer o tema como referência para todas as pessoas e organizações que fazem parte da nossa rede.

Com isso, atua estrategicamente orientado à agenda 2030, por meio de verticais temáticas de impacto que consolidam ações orientadas aos centros de inovação amparados em macro áreas, tais como educação empreendedora, juventude, gênero, saúde, florestas, cidades sustentáveis, água, tecnologia, economia criativa, dentre outros. Os centros de inovação temáticos pautam as atividades desde a curadoria para a residência de organizações no escritório compartilhado – coworking – até a realização de cursos, eventos, programas e projetos em cada macroárea.

DESTAQUES:

- Trabalho em rede de parceiros e em coworking - espaço físico e virtual para produção e disseminação de boas práticas em torno do desenvolvimento sustentável;
- Sensibilização sobre os ODS, que estabelecem princípios para todo e qualquer trabalho, promovendo a transversalidade da Agenda 2030.





EXPERIÊNCIA ODS11: GUIA DOS ODS PARA AS EMPRESAS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS

Os ODS são uma campanha global, e mobilizam atores dos diferentes segmentos para o cumprimento das metas até o ano de 2030. O engajamento do setor empresarial é um componente importante para que tais metas sejam alcançadas. Estas ações podem se dar não somente a partir de suas ações de responsabilidade social empresarial, mas também da análise da sustentabilidade de sua cadeia produtiva (tanto em relação a fornecedores quanto aos consumidores). Ações como a escolha de fornecedores que são certificados e comprometidos com metas como redução do consumo de fontes de energia fósseis, ou de fornecedores que utilizam madeira de reflorestamento são complementadas com uma maior responsabilidade da própria empresa com a ampliação da vida útil de seu produto ou com a destinação final de seu produto – além de todas as ações diretamente relacionáveis a seu processo produtivo, é claro.

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), em conjunto com a Rede Brasileira do Pacto Global e a Global Report Initiative (GRI), vêm realizando treinamentos com dezenas de empresas brasileiras em diversos estados a fim de "maximizar sua contribuição aos ODS e minimizar os impactos negativos, orientando suas estratégias para criar negócios sustentáveis". Os workshops "ODS – Da teoria à prática: guia dos ODS para as empresas" já foram realizados em Niterói (RJ), Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP), em 2016, e em 2017 estão previstas atividades em Belém (PA), São Luís (MA), Curitiba (PR) e Brasília (DF), alcançando todas as grandes regiões do país.

Os treinamentos apresentam as experiências de algumas empresas brasileiras na adoção dos ODS em sua estratégia de sustentabilidade e são norteadas por publicações do CEBDS em parceria com outras instituições (tanto empresas associadas ao CEBDS quanto fundações, como Konrad Adenauer), tais como o guia "Gestão Empresarial do Impacto Social" e o "Guia dos ODS para Empresas: diretrizes para Implementação dos ODS na estratégia de negócios".

O Guia SDG Compass (Guia dos ODS para empresas – Diretrizes para implementação dos ODS na estratégia de negócios) é uma publicação conjunta do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), do UN Global Compact (Pacto Global) e da Global Reporting Initiative (GRI), e oferece recomendações ao setor empresarial no sentido de alinhar suas metas internas já estabelecidas aos ODS e de como mapear o impacto dos ODS ao longo da cadeia de valor, como forma de buscar a internalização dos ODS na estratégia de negócios das empresas.

DESTAQUES:

- Ação junto ao setor empresarial, que geralmente está menos mobilizado em torno da Agenda 2030;
- Abrangência e impactos desde o nível local até o nacional;
- Impacto direto sobre a comunidade interna e externa à empresa.

21

EXPERIÊNCIA RMs: AGENDA RIO 2017 – Casa Fluminense e rede de parceiros

Dados de percepção podem ser muito úteis como fonte de dados qualitativos e podem apoiar a inclusão de experiências e prioridades de diferentes setores da sociedade nos processos de tomada de decisão. São ainda uma forma mais direta de aferição da repercussão que determinada ação está tendo sobre o público – afinal, nem toda política pública analisada como exitosa por especialistas é bem avaliada pela população, por exemplo. Além disso, pesquisas de percepção são capazes de aferir também a qualidade dos bens/serviços em questão, e não somente a quantidade (como a maior parte dos indicadores possibilita).

A Casa Fluminense, Associação sem fins lucrativos que promove a discussão sobre o planejamento metropolitano participativo na RMRJ, realiza fóruns a cada seis meses, com o objetivo de contribuir para o debate sobre políticas públicas na região metropolitana, dando visibilidade aos territórios e municípios raramente presentes nos meios de comunicação, além de buscar fortalecer as vozes dos cidadãos na tomada de decisões. A Organização coleta dados de percepção nestes fóruns regionais, que incluem uma grande variedade de experiências de diferentes agentes envolvidos. Além destes fóruns, dados de percepção são levantados para identificar os locais prioritários para alocação de recursos para promoção do desenvolvimento, por meio de entrevistas com especialistas e consultas online.

Os resultados desses fóruns e consultas foram publicados em uma Agenda de prioridades para a região metropolitana, e amplamente distribuída aos ocupantes de cargos públicos (principalmente vereadores e prefeitos), com o objetivo de impactar a tomada de decisões e promover políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. O documento, chamado Agenda Rio 2017, reuniu 57 propostas de políticas públicas em 12 eixos temáticos. Após esta sistematização, foi aberto um processo de consulta à rede de associados e parceiros da Casa Fluminense, que reúne cerca de 50 organizações da sociedade civil da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no qual se definiu que o eixo prioritário para a atuação da Casa Fluminense seria "mobilidade sustentável". O tema é apontado em diversas publicações como um dos maiores desafios da RMRJ, que possui o maior tempo médio de deslocamento casa-trabalho entre as metrópoles brasileiras.

DESTAQUES:

- Promoção da participação cidadã no monitoramento da Agenda 2030 e na agenda local;
- Fortalecimento da esfera metropolitana como norte de ações e políticas;
- Definição de prioridades para a metrópole.





EXPERIÊNCIA RMs:

CIOESTE - Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo

O Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (CIOESTE) é um consórcio composto por oito municípios na região Oeste da Região Metropolitana de São Paulo e foi criado em 2013 com a finalidade de promover os interesses econômicos da região. Inclui as seguintes características:

- Os oito municípios juntos têm mais de dois milhões de habitantes, representando uma região com 2,6% do PIB nacional;
- Atuação como agência de desenvolvimento regional, com a missão de "apoiar, organizar e mensurar projetos e iniciativas para o desenvolvimento sustentável da região";
- A estrutura do consórcio inclui uma plataforma para a participação do setor privado em projetos.

O acordo foi bem sucedido devido a vários fatores, incluindo substancial fomento dos oito governos municipais, juntamente com uma visão comum forte para o desenvolvimento econômico na região. Os projetos recentes incluem um inventário de emissões de gases de efeito estufa, o desenvolvimento de um índice de vulnerabilidade, um projeto de redução de consumo de água, além de um plano regional de mobilidade.

O CIOESTE também pilotou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Metropolitanas (SIM) em colaboração com a EMPLASA, agência estadual de planejamento metropolitano de São Paulo. O SIM está sendo desenvolvido para apoiar o Plano Diretor da Região Metropolitana de São Paulo. Como parte deste projeto piloto, o CIOESTE realizou diversos eventos e campanhas sobre a importância da participação de cada município no SIM, bem como atividades de capacitação de 40 administradores públicos da região. O banco de dados que foi criado a partir da agregação de dados municipais está sendo usado como base para o desenvolvimento de projetos na região e a base de dados tem ajudado com a articulação entre os municípios e nas interações da região com o Governo do Estado, o Governo Federal e organizações internacionais.

DESTAQUES:

- Criação de bases de dados metropolitanos;
- Estimulo e promoção da cooperação metropolitana intergovernamental;
- Desenvolvimento de registros administrativos (fontes de dados alternativas);
- Parceria intersetorial.



23

EXPERIÊNCIA RMs: MODELAR A METRÓPOLE - Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro e Consórcio Quanta-Lerner

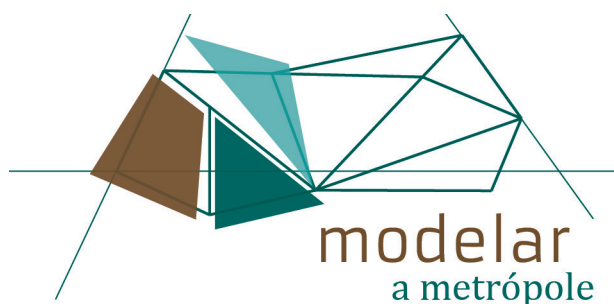
O Modelar a Metrópole, ou Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDUI), é uma iniciativa do Governo do Estado, por meio da Câmara Metropolitana. Financiado pelo Banco Mundial e executado por um consórcio formado pelas empresas Quanta Consultoria e Jaime Lerner Arquitetos Associados, o projeto pretende elaborar um conjunto de cenários, estratégias e instrumentos que orientem decisões governamentais nos anos futuros e sejam referências para a sociedade fluminense.

O Modelar a Metrópole conta com uma equipe de especialistas que trabalha a partir de seis eixos estruturantes da metrópole: expansão econômica; patrimônio natural e cultural; mobilidade; habitação e equipamentos sociais; saneamento e meio ambiente; e reconfiguração espacial. A equipe também incorpora aos seus produtos os subsídios colhidos nas oficinas realizadas regularmente em vários municípios, em parceria com a Casa Fluminense. Nesses encontros, o diálogo com representantes dos poderes públicos municipais e de integrantes da sociedade civil, instituições acadêmicas, empresariado e organizações de classe produz insumos para a elaboração do Diagnóstico e da Visão de Futuro para a região metropolitana, elencando uma série de 21 "Objetivos Metropolitanos". O próximo passo a ser realizado é o alinhamento destes objetivos com os ODS, assim como a definição de uma estratégia de monitoramento.

A Câmara Metropolitana, estabelecida por Decreto do Governador do Estado no ano de 2014, é uma das primeiras iniciativas criadas após a retomada das discussões no judiciário (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº1842) e no legislativo (Estatuto das Metrôpoles) sobre gestão e governança metropolitanas no país, mas que ainda carece de aprovação de seu projeto de lei (PLC nº10/2015 RJ) na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Tem como missão, portanto, consagrar um modelo de governança para a RMRJ e intermediar a cooperação entre os vários níveis de governo.

DESTAQUES:

- Instituição voltada ao planejamento metropolitano de médio e longo prazos;
- Conjunto de dados e informações potencialmente úteis ao monitoramento do ODS 11, com temáticas bastante conectadas;
- Fortalecimento e fomento à cooperação metropolitana.



EXPERIÊNCIA ODS 11+RMs: LOCALIZAÇÃO DOS ODS NO ESTADO DE SÃO PAULO - Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA)

Na Região Metropolitana de São Paulo a governança metropolitana se dá a partir do Decreto 56.887/2011, que estabelece um Sistema Estadual de Desenvolvimento Metropolitano, que conjuga diferentes instituições governamentais voltadas ao planejamento metropolitano nas 4 regiões metropolitanas do estado de São Paulo (São Paulo, Baixada Santista, Vale do Paraíba/Litoral Norte e Campinas). Estas 4 regiões, somadas às aglomerações urbanas de Sorocaba, Piracicaba e Jundiaí, e às microrregiões Bragantina e de São Roque, conformam a Macrometrópole Paulista (MMP).

Dentro desta estrutura de planejamento governamental, duas instituições que merecem destaque são a EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A.), que desenvolve projetos prioritários para toda a Macrometrópole Paulista, além de ser a responsável técnica pela base de informação geográfica e pelo Sistema de Informações

Metropolitanas; e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), que coleta, organiza, analisa e produz indicadores socioeconômicos sobre o estado de São Paulo, e colabora para a definição de uma estratégia de monitoramento dos ODS a partir de dados produzidos por pesquisas ou registros administrativos no estado de São Paulo.

A base de dados reúne informações de diversas origens, como dados estatísticos oficiais (IBGE), registros administrativos de Secretarias de Estado, dados coletados por municípios-piloto (como os do Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo- CIOESTE), além de dados gerados por cidadãos, como no caso das áreas de risco de contaminação pelo mosquito *Aedes Aegypti* (transmissor do vírus Zika); Banco de Dados aberto, que pode ser alimentado pelos municípios da RMSP, com interface com Google Maps; diferentes layers, voltados aos diferentes usuários, como as mesmas Secretarias de Estado, prefeituras consorciadas e interessados no planejamento metropolitano.

Aliados a essas duas importantes agências técnicas, o Governo do Estado de São Paulo criou um grupo intersecretarial para identificação das políticas, programas e ações do Plano Plurianual do estado que estejam relacionadas aos ODS. Desta forma, e com apoio das ferramentas estatísticas da Fundação SEADE, serão acompanhados os avanços e definidos esforços nos diferentes órgãos governamentais para que sejam alcançadas as metas definidas pela Agenda 2030.

DESTAQUES:

- Instituição voltada ao planejamento metropolitano;
- Banco de dados metropolitano;
- Conjunto de dados e informações úteis ao monitoramento do ODS 11;
- Alinhamento de políticas públicas aos ODS.



EXPERIÊNCIA ODS 11+RMs: LOCALIZAÇÃO DOS ODS NO ESTADO DE MINAS GERAIS - Agência RMBH e Assessoria de Relações Internacionais

O Governo do Estado de Minas Gerais vem realizando a compatibilização de suas ações com os ODS a partir da coordenação da Secretaria Estadual de Planejamento. A harmonização dos instrumentos governamentais de planejamento vem sendo feita com a consultoria do Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Centro Rio+), ligado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Este projeto faz parte de uma estratégia do Governo de Minas Gerais para "internacionalizar" o estado, e tem o apoio da Assessoria de Relações Internacionais do Governo do Estado. A partir da experiência participativa dos fóruns existentes em cada um dos 17 territórios de desenvolvimento do estado, diversos setores da sociedade discutem os rumos do planejamento local, e os ODS devem servir futuramente como instrumento de definição de metas e indicadores, relacionando a discussão local/regional a compromissos globais.

O monitoramento das metas dos ODS será realizado a partir dos indicadores nacionais da Agenda 2030, que ainda não foram disponibilizados, mas a Secretaria de Planejamento vem localizando os ODS no Plano Plurianual – principal instrumento de planejamento no nível estadual. O legado dos ODM é importante neste sentido, pois no período 2000-2015 muitas ações do governo foram assim orientadas. Desta forma, há três componentes principais do projeto atual de compatibilização com os ODS:

- Avaliação crítica dos instrumentos de planejamento (Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual), e propostas para eventual adequação à Agenda 2030;
- Capacitação dos servidores e proposição de metodologia de acompanhamento dos indicadores (quando definidos no nível nacional); consultoria de monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- Elaboração e disseminação de um "Manual de Planejamento Integrado Mineiro para o Desenvolvimento Sustentável".

DESTAQUES:

- Alinhamento de políticas públicas aos ODS;
- Estratégia de monitoramento da Agenda 2030;
- Instituição voltada ao planejamento metropolitano (Agência RMBH).



EXPERIÊNCIA ODS 11+RMs: MINHA CASA MINHA VIDA SUSTENTÁVEL - Defensores do Planeta

A Defensores do Planeta é uma organização não-governamental que atua no subúrbio do município do Rio de Janeiro, mais especificamente em sua Zona Oeste e vem promovendo ações pela sustentabilidade a partir da lógica dos ODS. O projeto "Minha Casa Sustentável" é desenvolvido junto a moradores dos condomínios do "Minha Casa, Minha Vida" - programa habitacional do Governo Federal, em parceria com estados e municípios, que constrói unidades habitacionais novas desde 2009. O programa entregou cerca de 3 milhões de unidades em 8 anos de existência. De modo geral, os imóveis localizam-se nas periferias das cidades, em grandes conjuntos de casas ou edifícios, muitas vezes isolados do tecido urbano, com baixo nível de acesso à cidade.

A atuação da ONG neste projeto se dá em temas como gestão de resíduos sólidos e uso racional da água e construção de canteiros agroecológicos, a partir do envolvimento dos moradores. Em parceria com a administração pública, o projeto busca meios práticos de fomentar a sustentabilidade, por meio da metodologia da Agenda 21. As ações buscam estar alinhadas aos princípios e metas do ODS 11 e contam com apoio da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro.

DESTAQUES:

- Território como metodologia do projeto;
- Alinhamento aos ODS.



defensoresdoplaneta.org.br

27

EXPERIÊNCIA ODS 11+RMs: CENTRO RIO+/PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Recentemente o Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável do PNUD (Centro RIO+) lançou um estudo onde explora o conjunto crescente de ferramentas e iniciativas existentes que visam apoiar o planejamento integrado do desenvolvimento sustentável a nível municipal. O objetivo é identificar as características de tais ferramentas e as áreas que cobrem, bem como explorar em que medida elas apoiam as cidades no gerenciamento da complexidade e na integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável. Além disso o estudo visa compreender as abordagens existentes até o presente momento, a fim de identificar lacunas, novos avanços e informar políticas e práticas relacionadas ao desenvolvimento urbano sustentável, como contribuição para o trabalho do Centro RIO+ sobre a localização dos ODS e da Agenda 2030.

Com a parceria com o Baixada Nunca Se Rende, o Centro RIO+ espera apresentar ao mundo um modelo de difusão dos ODS para replicação nos escritórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) existentes em 166 países. O Centro RIO+ é um dos seis centros de políticas globais do PNUD e é fruto de uma parceria entre a agência da ONU e o governo brasileiro.

A implementação do projeto-piloto "Música para Avançar o Desenvolvimento" já envolveu quase 100 músicos e bandas da região metropolitana do Rio de Janeiro. O Centro RIO+, criado como um legado da Rio+ 20 para manter vivos os compromissos para o desenvolvimento sustentável, lembra que muitas canções desses artistas já falavam sobre sustentabilidade antes da aprovação dos ODS pelos 193 países-membros da ONU.

O organismo vinculado ao PNUD acredita que o filme potencializa os esforços para que o cidadão e organizações da sociedade civil participem ativa e efetivamente das ações propostas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e possam desempenhar um papel crítico, pressionando seus governos locais e nacionais a serem mais responsáveis no cumprimento das promessas globais.

Além das iniciativas descritas, o Centro Rio+ apoia outras experiências importantes, tratadas a seguir.

DESTAQUES:

- Disseminação dos ODS nas periferias urbanas;
- Ações chanceladas pelo PNUD, entidade que responde pela Agenda 2030 no mundo, estabelecendo parcerias (ODS17);
- Uso de mecanismos lúdicos, audiovisual e ações públicas.





EXPERIÊNCIA ODS 11+RMs: CAPTAR - Subsecretaria de Captação de Recursos e Relações Internacionais – Prefeitura de Duque de Caxias

A Subsecretaria de Captação de Recursos e Relações Internacionais, a CAPTAR, da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias (município localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro) foi criada no início do ano de 2017 com o objetivo de ampliar e maximizar a obtenção de recursos e parcerias para o município. A atual crise econômica e fiscal trouxe a necessidade de buscar alternativas institucionais para solucionar o problema e assim surgiu a proposta. A subsecretaria busca diariamente estabelecer parcerias nacionais e internacionais com instituições, organizações não governamentais, agências multilaterais, redes, consulados, organizações internacionais, universidades e outros governos locais com o intuito de captar recursos, trocar experiências, se inspirar em melhores práticas, desenvolver projetos conjuntos e trazer oportunidades para o município de Duque de Caxias. Além disso, também é papel da subsecretaria trabalhar a imagem e divulgação do município, tanto no Brasil quanto no exterior.

A CAPTAR é dividida em três setores que dividem essas funções: a Diretoria de Projetos Federais; a Diretoria de Captação de Recursos e a Diretoria de Relações Internacionais. Entre os projetos desenvolvidos internamente está a intenção de localizar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ou seja, trazer para Duque de Caxias os ODS, implementando-os por meio das políticas públicas, divulgando-os e conscientizando a população por meio de eventos, workshops e debates. Desenvolve esse projeto de localização e divulgação dos ODS com o apoio de parceiros, entre eles, a Casa Fluminense, o Centro Rio+/PNUD, a AFS Intercultura Brasil e universidades da região. Os ODS mais trabalhados nesses projetos são: ODS 4: Educação de qualidade; ODS 5: Igualdade de gênero; ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis e ODS 17: Parcerias em prol das metas.

A Subsecretaria de Captação de Recursos e Relações Internacionais é a única do tipo na Baixada Fluminense e a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias é uma das primeiras prefeituras a trabalhar com os ODS na região. Com isso, espera-se que o trabalho da CAPTAR inspire outras cidades da Baixada Fluminense e ajude a trazer o debate para a região, expandindo a abrangência e implementação da Agenda 2030 da ONU para as cidades da periferia. Esse é um trabalho importante, uma vez que normalmente apenas capitais e grandes metrópoles mostram-se voltadas para esse esforço. De fato, as cidades da Baixada Fluminense enfrentam diversas questões socioeconômicas que são prioridades em seus governos; no entanto, o trabalho com os ODS pode ocorrer de forma complementar a essas questões.

DESTAQUES:

- Formação de parcerias intersetoriais;
- Alinhamento de políticas públicas municipais aos ODS.





EXPERIÊNCIA ODS11+RMs: PROGRAMA JOVEM JORNALISTA – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável - CIEDS

O programa é uma parceria do CIEDS com o Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável – Centro RIO+, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, e teve como objetivo dar visibilidade a pautas positivas por meio do olhar de 10 jovens estudantes do ensino médio de escolas públicas durante os Jogos Olímpicos 2016. Os participantes foram capacitados sobre a prática jornalística e participaram de oficinas sobre o desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030 da ONU.

Durante a caminhada formativa do programa, os Jovens Jornalistas se depararam com iniciativas comunitárias, projetos e experiências que tinham no protagonismo juvenil o seu ponto em comum. A partir desse cenário os participantes mergulharam nessas experiências para responder: como as juventudes têm contribuído para uma sociedade mais sustentável, frente ao desafio do alcance dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)? As respostas a esta indagação resultaram na publicação *Juventude 2030: Caminhos e aprendizados para um mundo sustentável*.

DESTAQUES:

- Produção de informação sobre os ODS a partir de realidades locais;
- Engajamento da juventude na Agenda 2030;
- Recursos e instrumentos de audiovisual e mídias alternativas.



cieds.org.br



EXPERIÊNCIA ODS 11+RMs:

PPGPDS - Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Em 2008, o relatório da *International Commission on Education for Sustainable Development Practice* concluiu que os desafios da sustentabilidade deveriam ser resolvidos por uma abordagem que envolvesse conhecimentos e competências multi e interdisciplinares. Surgia então o programa *Global Master's in Development Practice*, uma rede de mestrados voltada para a formação de profissionais aptos a lidar de maneira prática com problemas relacionados ao desenvolvimento sustentável.

O Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro iniciou suas atividades em 2011, sendo o representante da rede no Brasil (MDP Brazil). Hoje a rede conta com mais de 30 mestrados ao redor do mundo. O PPGPDS/UFRRJ está iniciando a formação da sua sétima turma.

O curso conta com três linhas de pesquisa:

- Meio Ambiente, Desenvolvimento e Saúde
- Políticas Públicas, Governança e Conflitos Socioambientais
- Meio Ambiente, Sustentabilidade e Conservação dos Recursos Naturais

Além das disciplinas obrigatórias e eletivas, o curso estimula a pesquisa de campo, a partir de problemas concretos e parcerias com o setor público, a iniciativa privada e o terceiro setor.

A rede de MDPs é parte importante da estratégia da SDSN Global e o PPGPDS apoia e tem estreita relação com a SDSN Brasil, desde a criação da rede, sendo instrumento importante para enfrentar os desafios da implementação dos ODS.

DESTAQUES:

- Possibilidade de parcerias intersetoriais a partir da Universidade;
- Construção de conhecimentos mais integrados a partir da ótica dos ODS;
- Aprofundamento da Agenda 2030 a partir de pesquisas acadêmicas.



r1.ufrrj.br/wp/ppgpds

RECOMENDAÇÕES

Metrópoles são sinônimos de conectividade, de multiplicidade de espaços e heterotopias, mas também, infelizmente, de desigualdades. A Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são uma plataforma global para se repensar os modelos e as políticas de desenvolvimento sustentável. Essas, agora devem estar voltadas às três dimensões da sustentabilidade: economia, sociedade e meio ambiente, somada à perspectiva da governança e institucionalidade, sempre tendo como princípio a redução das desigualdades.

O chamado "ninguém fica para trás" feito pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon estimula esta busca, e a centralidade da produção de dados desagregados tanto no sentido geográfico (a partir das menores unidades territoriais possíveis), quanto por gênero, raça e outros marcadores sociais da diferença, busca chamar atenção aos diferentes tipos de desigualdade às quais populações estão sujeitas. Desta forma, a complexidade metropolitana deve ser entendida como um mosaico de situações sociais, compreensível apenas a partir de uma visão integrada e aproximada.

Os desafios de implementação da Agenda 2030 não se restringem, assim, a ações governamentais (ainda que os governos tenham se comprometido com o processo junto à ONU). O papel do Estado, neste caso é o de liderar o processo e ampliá-lo para a participação da sociedade civil, empresas e universidades, entre outras instituições sociais, além dos cidadãos diretamente. Dentro da questão metropolitana, de maneira específica, os ODS são uma oportunidade para destacar que as grandes cidades brasileiras (se considerarmos

aquelas acima de 1 milhão de habitantes) são todas centros de regiões metropolitanas ou estão na periferia de centros metropolitanos ainda maiores¹. Isto leva imediatamente a considerar que faz pouco sentido tratar fenômenos como moradia e urbanismo, transporte, resiliência e integração rural-urbano se não for a partir de uma perspectiva metropolitana e integrada.

No Brasil, e no Rio de Janeiro, como "o estado mais metropolitano" do país², vive-se a retomada do planejamento em escala metropolitana, principalmente por conta do Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015), que determina a obrigatoriedade de criação de instrumentos e mecanismos de gestão e governança metropolitanos. Os protagonistas deste processo, no entanto, devem ser os governos locais, unidos em torno de propósitos e interesses comuns. O intercâmbio de conhecimento e o compartilhamento de informações é o que possibilita a realização de projetos conjuntos e, a partir deles, a captação de recursos, seja junto ao governo federal, estadual ou a agências internacionais.

A implementação local dos ODS é um processo, e ainda está em fase preliminar. Apesar do conjunto oficial de indicadores dos ODS ter sido aprovado internacionalmente, os planos de ação para sua implementação ainda estão em processo de desenvolvimento nos níveis nacional e subnacional (o Brasil ainda não adotou seus indicadores oficiais de monitoramento). De todo modo, estão sendo tomadas importantes medidas no Brasil, em nível subnacional, que podem servir de lição para outros países e regiões que iniciam o processo de localização da Agenda 2030:

- 1 Das 17 cidades acima de 1 milhão de habitantes no país, 15 são centros metropolitanos e 2 estão na periferia metropolitana, como Guarulhos-SP e São Gonçalo-RJ.
- 2 O estado do Rio de Janeiro tem o maior percentual de população vivendo em regiões metropolitanas. Cerca de 75% dos moradores vivem na RMRJ.

DESAFIOS, OPORTUNIDADES E RESULTADOS DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS URBANOS EM METRÓPOLES BRASILEIRAS



RESULTADOS ALCANÇADOS

- Processo de participação social no planejamento metropolitano (Estatuto da Cidade e Estatuto da Metrópole);
- Parcerias intersetoriais e intergovernamentais;
- Produção de dados alternativos complementares;
- Mobilização da sociedade civil para a Agenda 2030;
- Histórico positivo dos ODM.



DESAFIOS

- Produção de dados desagregados por raça, gênero, e outros marcadores sociais;
- Integração de dados e alinhamento da produção de informação à Agenda 2030;
- Planejamento de políticas com base nos dados e na participação social;
- Baixo grau de iniciativa do poder local nas periferias metropolitanas;
- Incipiente processo de cooperação intermunicipal.



OPORTUNIDADES

- Uso de dados gerados por cidadãos;
- Sensibilização do terceiro setor e academia sobre os ODS, para utilizar trabalho e dados já existentes;
- Trabalho mais eficiente e efetivo – economias de escala em regiões metropolitanas.

Muitos atores-chave, especialmente na sociedade civil, ainda não estão bem informados sobre a Agenda 2030 e os ODS. Redes, campanhas de informação, eventos e seminários no Brasil estão trabalhando para enfrentar esse desafio. Embora a coleta de dados para o monitoramento dos ODS continue a ser um desafio, existe uma grande variedade de mecanismos alternativos de coleta e monitoramento de dados. Estes incluem dados gerados pelos cidadãos, dados de percepção, ferramentas de análise geoespacial, bases de dados cartográficos e registros administrativos.

A acessibilidade e visualização de dados são importantes como um conjunto de informações, e possuem grande capacidade de influenciar políticas públicas. Ferramentas de visualização simples, como os mapas de desigualdade da Casa Fluminense, podem ter efeitos significativos no processo de tomada de decisão baseado em evidências, sensibilizando a opinião pública e gestores para problemas sociais a partir de uma perspectiva territorial. A integração dos ODS com instrumentos de planejamento existentes e futuros, como planos diretores municipais, planos metropolitanos integrados e planos estaduais estratégicos, possibilitam

institucionalizar e localizar as metas estabelecidas na agenda ODS. Desta forma, o monitoramento dos planos também ajudará a monitorar o progresso alcançado nos ODS.

A sociedade civil desempenha um papel importante na pressão sobre governos locais para implementar metas. A oportunidade apresentada pela Agenda 2030 para promover o diálogo intersetorial e transversal é única, e deve ser aproveitada. O desenvolvimento de parcerias é fundamental para a realização da Agenda 2030. No caso da implementação dos ODS na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, serão essenciais parcerias entre a sociedade civil e o meio acadêmico para acompanhar os avanços da Agenda 2030 a fim de que seja garantida a transparência e sua efetiva implementação.

Em momentos de crise, como o contexto atual do país, a cooperação deve ser sempre buscada, de maneira a alcançar a sociedade civil, empresas, entes federativos ou organismos internacionais. A Agenda 2030 é uma porta de entrada para mostrar que os objetivos locais se relacionam com metas e com a agenda internacional. A ideia de "pensar globalmente e agir localmente" nunca fez tanto sentido.

OBSERVAÇÃO

Como fruto do projeto Solutions Initiative (SDSN/GIZ e Casa Fluminense) e das parcerias que se formaram a partir dele, vem sendo planejada a criação de um **Observatório Metropolitano dos ODS (MetrODS)**, com foco na identificação, disseminação e monitoramento dos indicadores referentes às metas do ODS 11 nas principais regiões metropolitanas do país.

Objetivos:

- 1.** Ampliar o debate e as ações das diversas instâncias em torno da Agenda 2030 no território metropolitano;
- 2.** Engajar a sociedade civil nos processos de produção e geração de dados;
- 3.** Garantir a transparência de dados e informações produzidos pelo MetrODS;
- 4.** Identificar, monitorar e avaliar políticas públicas nacionais que incidam nas metas do ODS 11;
- 5.** Identificar e disseminar soluções inovadoras no território metropolitano que incidam nas metas do ODS 11;
- 6.** Estimular a troca de experiências e a integração de metodologias entre os integrantes da rede;
- 7.** Dar visibilidade às iniciativas dos integrantes da rede no processo de divulgação, capacitação e monitoramento dos ODS;
- 8.** Monitorar o cumprimento das metas do ODS 11;
- 9.** Monitorar o volume de recursos financeiros que está sendo investido para alcançar as metas do ODS 11.

O MetrODS terá como missão “influenciar políticas públicas e ações da sociedade civil que incidam nas metas do ODS 11, por meio de uma rede de monitoramento e avaliação dos indicadores e intercâmbio de iniciativas e conhecimentos entre seus integrantes”.

Nesta primeira edição do Caderno de Experiências, publicada em agosto de 2017, o Observatório Metropolitano ODS (MetrODS), apresenta-se como uma proposta de continuidade. Seja do processo de influenciar políticas públicas em torno do ODS 11 em regiões metropolitanas, seja materializando a perspectiva de trabalho em rede em torno de ambas as agendas, o propósito é oferecer luz para experiências de territorialização e monitoramento da Agenda 2030. Fazer com que elas ganhem ainda mais incidência no debate público e nos governos nacionais, regionais e locais, assim como no legislativo e no judiciário, possibilitará que

um horizonte com mais justiça, democracia e sustentabilidade seja almejado.

Neste momento o MetrODS já possui uma ampla e diversa rede de parceiros e uma metodologia consolidada para atuação nacional, agora busca parceiros para executar as experiências-piloto nos territórios. Mais informações sobre o MetrODS e sobre todo o conteúdo desta publicação podem ser encontradas no site <http://casafluminense.org.br/projetos/caderno-de-experiencias-ods-no-rio-metropolitano-e-brasil/>

Participe!





CAPÍTULO 2 - MONITORAMENTO

EXPERIÊNCIA ODS11:

	Pg
1. PCS - Programa Cidades Sustentáveis – Rede Nossa São Paulo/RBCJDS/ETHOS	31
2. CENTRO DE OPERAÇÕES RIO, PENSA e RIO RESILIENTE – Prefeitura do Rio de Janeiro (2013)	32
3. ENCICLOPÉDIA DOS DADOS - Datapedia	33
4. IPS-Rio - Índice de Progresso Social do Rio– Instituto Pereira Passos (IPP)	34

EXPERIÊNCIA RMs:

5. ATLAS BRASIL - Atlas do Desenvolvimento Humano em Regiões Metropolitanas – IPEA/PNUD/Fundação João Pinheiro	35
6. CENSO DA MARÉ – Redes da Maré	36
7. PNT Metropolitano - indicador de Pessoas Próximas ao Transporte no Rio Metropolitano – ITDP e Casa Fluminense	37
8. PAINEL DE MONITORAMENTO – Instrumentos de gestão municipal no Rio de Janeiro metropolitano – Casa Fluminense	38
9. BASE CARTOGRÁFICA E SIM-RIO, SISTEMA DE INFORMAÇÕES METROPOLITANAS DA RMRJ – Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro	39

EXPERIÊNCIA ODS 11+RMs:

10. MAP GEOBAHIA – MÓDULO DE AVALIAÇÃO PRELIMINAR (TREMARCTOS) - Conservação Internacional	40
11. IDHAES 2030 -Indicadores dos Direitos Humanos à Água e ao Esgotamento Sanitário na Agenda 2030 – FIOCRUZ/MG	41
12. MAPA DA DESIGUALDADE – Casa Fluminense	42
13. CPI - Índice de Prosperidade das Cidades – ONU-Habitat	43
14. COCOZAP – Data_Labe e Casa Fluminense	43
15. DATASHIFT - Civicus	46



CAPÍTULO 3- INCIDÊNCIA

EXPERIÊNCIA ODS11:	Pg
16. RELATÓRIO LUZ – Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GTSCA2030)	61
17. VIRADA SUSTENTÁVEL	62
18. ODS LAB – Agenda Pública	63
19. COWORKING PARA OS ODS - Impact Hub São Paulo	64
20. GUIA DOS ODS PARA AS EMPRESAS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS	65

EXPERIÊNCIA RMs:	
21. AGENDA RIO 2017 – Casa Fluminense e rede de parceiros da sociedade civil	66
22. CIOESTE - Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo	67
23. MODELAR A METRÓPOLE - Câmara Metropolitana de Integração Governamental do Rio de Janeiro e Consórcio Quanta-Lerner	68

EXPERIÊNCIA ODS 11+RMs:	
24. LOCALIZAÇÃO DOS ODS no ESTADO DE SÃO PAULO - Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa)	69
25. LOCALIZAÇÃO DOS ODS no ESTADO DE MINAS GERAIS - Agência de Desenvolvimento da RMBH e Assessoria de Relações Internacionais e Fundação João Pinheiro	70
26. MINHA CASA MINHA VIDA SUSTENTÁVEL - Defensores do Planeta	71
27. CENTRO RIO+/PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Urbano (PNUD)	72
28. CAPTAR - Subsecretaria de Captação de Recursos e Relações Internacionais – Prefeitura de Duque de Caxias	73
29. PROGRAMA JOVEM JORNALISTA – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável - CIEDS	74
30. PPGPDS - Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	75

RECOMENDAÇÃO	
OBSERVATÓRIO METROPOLITANO ODS - MetrODS	79

